

## A CEE E O PREC

*Francisco Castro*

O envolvimento da CEE e dos seus Estados membros no processo da transição para o regime democrático em Portugal foi já objecto de diversos trabalhos académicos. Os consensos encontrados pelos autores que estudaram o tema permitem afirmar que a visão dos europeus sobre o desfecho da transição em Portugal prevaleceu sobre a percepção dominante entre os responsáveis pela condução da política externa nos Estados Unidos.

As investigações já realizadas incidem sobre a contextualização da revolução portuguesa no ambiente e no sistema internacional e, também, sobre a importância da ajuda externa para os partidos e actores políticos nacionais. No presente trabalho procura-se acrescentar às análises anteriores a perspectiva de quem sofreu a acção política concertada entre entidades externas e internas, articulando os momentos mais visíveis da acção externa com os desenvolvimentos internos. Mais concretamente, a acção externa durante o período revolucionário português é aqui apresentada segundo a percepção feita pelo Partido Comunista Português, cujo afastamento do poder se deve em parte a essa mesma acção. Com efeito, a concertação da acção política entre actores portugueses e europeus teve precisamente como objectivo afastar o PCP do poder.

O processo português reveste uma importância particular para a afirmação dos Estados da Europa Ocidental no contexto das superpotências. Na realidade, até ao momento em que foram realizadas as eleições para a Assembleia Constituinte, assistiu-se ao confronto no Ocidente entre duas percepções e duas intenções diferentes sobre o desfecho do período revolucionário em Portugal. Uma destas atitudes, que ficou conhecida como teoria da vacina, foi protagonizada pelo Secretário de Estado Henry Kissinger. Pretendia-se que Portugal servisse de exemplo internacional. O sinal, a emitir para todo o Sul da Europa era claro: a presença de comunistas no governo não seria tolerada. A alteração do alinhamento internacional de Portugal não traria grandes implicações para os Estados Unidos, à excepção da sua presença militar nos Açores. Por outro lado, assistir à degradação das condições de vida em Portugal na sequência da instalação de um regime em Lisboa não alinhado com o Ocidente era um objectivo fácil de alcançar. Na verdade, pouco mais bastava do que nada fazer. Assim, mais do que uma acção deliberada, a teoria da vacina pode ser vista como a obtenção de resultados a partir de uma não-acção. Por outras palavras: na sua base estava um desinteresse pelo desfecho da revolução portuguesa.

A outra intenção para Portugal pretendia que a evolução política conduzisse a uma democracia parlamentar de tipo ocidental. Em torno desta estratégia

reuniram-se actores internos e externos. Tratava-se de uma visão europeia de assuntos europeus que acabou por conseguir afirmar-se. O caso português aparece assim inscrito num esforço de determinação pelos europeus dos seus próprios destinos, cujo alcance remete para a afirmação da Europa no sistema internacional dominado por duas superpotências. Aliás, um dos protagonistas mais activos do esforço europeu para a instauração de um regime democrático em Portugal foi o ex-chanceler da RFA, Willy Brandt, que o próprio Kissinger classifica como um "descontente da Guerra-Fria".<sup>1</sup>

A evolução política portuguesa interessava especialmente aos dois Estados germânicos, porque através dela também se equacionava o futuro da nação alemã e da linha de divisão do Continente europeu. Aliás, basta ver que a República Federal se colocou claramente a favor da evolução para a democracia parlamentar de tipo ocidental, apoiando sobretudo o Partido Socialista, enquanto que a República Democrática se colocou ao lado da formação política portuguesa que pretendia instaurar um regime de democracia popular — o PCP.

Este exemplo chega bem para compreender a importância do caso português para o contexto europeu. Se vencesse a possibilidade de expressão por sufrágio universal directo e secreto estar-se-ia a contribuir, na óptica da República Federal, para que os cidadãos da República Democrática pudessem, um dia, exprimir o seu direito à autodeterminação.

Ao contrário, se em Portugal se reforçasse a democracia popular ficariam reforçados os regimes vigentes do Leste europeu. No fundo, tratava-se de uma luta entre dois sistemas. A vitória de um seria a afirmação de uma dinâmica que deveria espalhar-se a todo o Continente europeu.<sup>2</sup>

### Ingerência desejada

Os autores que estudaram a dimensão internacional da revolução portuguesa centram a sua análise naqueles que mais beneficiaram da ajuda externa. O PS, consensualmente, é visto como o grande receptor dos apoios externos. Mas se a ajuda externa favoreceu alguns, também, necessariamente, teve como objectivo afastar outros do poder. E é aqui que surge o Partido Comunista Português.

Num artigo intitulado "Influências externas sobre a revolução portuguesa",<sup>3</sup> de 1984, Rainer Eisfeld analisa a penetração externa no processo político português na óptica de uma estreita margem de manobra das elites nacionais. Para o autor, a dependência externa portuguesa explica em grande medida a eficácia dessa penetração.<sup>4</sup>

Segundo Reiner Eisfeld, a penetração internacional<sup>5</sup> define-se como uma limitação à independência operada a partir do exterior usando instrumentos diversificados. Para além disto, como os objectivos e planos de acção são usualmente conhecidos e "encontram partidários no país penetrado (...) as controvérsias internas (latentes ou já em curso) podem ser suscitadas ou alimentadas por padrões

s exteriores de interpretação ideológica que assumem a função de contágio; normas externas, reforçadas por aliciamentos e pressões, são invocadas por grupos internos (ou mesmo facções dentro desses grupos) como legitimação adicional para as suas acções políticas; e as próprias percepções por parte desses grupos vão sendo transformadas no decurso do processo".<sup>6</sup> Ou seja, os actores políticos nacionais podem ser influenciados nas suas percepções, para além de poderem justificar com as acções de política externa dos outros as políticas que adoptam internamente.

O alcance das palavras de Eisfeld parece remeter para a secundarização dos actores nacionais. Dada a dependência externa, a estes não restaria outra possibilidade que não fosse a de aceitar aquilo que lhes era ditado, podendo depois fazer uso da pressão internacional para justificar a sua mudança de atitude. Isto é, Eisfeld não concebe que os actores nacionais possam ser os primeiros interessados no auxílio externo e que a ingerência se possa traduzir num elemento precioso para a luta política que conduzem internamente.<sup>7</sup>

Mas então, como explicar que o líder do Partido Socialista, Mário Soares, afirme que em todos os contactos que estabeleceu logo após o 25 de Abril com os governos da CEE e da EFTA, tivesse procurado o "apoio europeu para a transformação da sociedade portuguesa" e que, afirmação contínua, "o Partido Socialista nesta luta sem tréguas pôde contar com compreensão e ajuda militante"?<sup>8</sup> "Apoio", "compreensão" e até "ajuda militante" por parte de governos europeus cuja acção fez inflectir a posição de Washington e afastou qualquer pretensão que eventualmente Moscovo pudesse ter fora das colónias portuguesas de África.

A questão da dependência externa em que Portugal se encontrou durante o período revolucionário, que, para mais, coincidiu com a independência dos territórios ultramarinos, serve também de hipótese explicativa, por parte de outros autores, para o sucesso da acção externa. É o caso de Thomas C. Bruneau, quando defende a dependência da periferia — caso de Portugal — face ao centro — o mundo ocidental — como factor explicativo da evolução política interna e da afirmação do regime democrático. Bruneau argumenta mesmo que "aumentando a dependência se facilitou a democracia pois Portugal passou a estar cada vez mais envolvido económica, social e politicamente com outros Estados e instituições internacionais".<sup>9</sup> No fundo, tanto Eisfeld como Bruneau coincidem na fundamentação da sua análise sobre o caso português: dada a dimensão do Estado português, o desfecho da revolução dependia dos apoios exteriores. Esta teorização esquece, no entanto, que a decisão sobre o tipo, o momento, a forma e os beneficiários desses apoios resulta também do trabalho dos actores nacionais pela sua conquista. É uma óptica de quem vê a revolução apenas a partir do exterior.

Na verdade, o regime democrático em Portugal saiu na conjugação de variáveis internas e externas e criou as condições para que a opção europeia se concretizasse, ao contrário do que acontecia no regime anterior. Ao mesmo tempo, é igualmente verdade que o próprio processo de transição para a democracia foi forjando uma maior articulação entre as novas elites portuguesas e europeias, contribuindo assim para a tomada de consciência dos primeiros de que a estabilidade do regime democrático e a reestruturação da economia se deveriam fazer no contexto da

Comunidade Económica Europeia e no contexto mais geral do espaço geopolítico em que Portugal já se inseria.

### Motivação ocidental

Segundo os académicos cujos trabalhos aqui têm sido citados, os Estados Unidos e a Europa ocidental interessaram-se pelo processo político em Portugal porque este país fazia parte do seu sistema de defesa. Como explica Eisfeld, os estrategos políticos e militares não queriam ver o "flanco sul da NATO a esboroar-se".<sup>10</sup> O poder naval soviético no Mediterrâneo e a força dos partidos comunistas no Sul da Europa eram percebidos como uma ameaça à coesão política da NATO, nas vésperas da Cimeira de Helsínquia. A motivação do Ocidente é igualmente apresentada por Bruneau com base na preocupação com as "questões de segurança e no exemplo que poderia constituir para os restantes países da Europa meridional o facto de pela primeira vez um membro da NATO se tornar comunista".<sup>11</sup>

O próprio Kissinger recordou mais tarde que "desde os primeiros dias da Guerra Fria, nenhum país da NATO tinha enfrentado a perspectiva da tomada do poder pelos comunistas. O perigo em Portugal era amplificado pelo facto de, simultaneamente, os cristão-democratas de Aldo Moro equacionarem a ideia de uma coligação com o partido comunista italiano (...), o que criaria um sentimento de inevitabilidade que facilitaria a inclusão de comunistas noutros governos da NATO".<sup>12</sup> E, continua Kissinger, "com o mundo ocidental a recuperar da crise energética, a liderança americana ensombrada pelo Watergate e pelo Vietname, os líderes soviéticos a sublinharem uma mudança na correlação de forças, o fenómeno do eurocomunismo na Europa Ocidental poderia tornar-se uma tendência perigosa".<sup>13</sup> Partindo deste pressuposto, o antigo Secretário de Estado não se encontrava entre aqueles que defendiam o auxílio às forças políticas portuguesas que queriam a instauração de um regime democrático de tipo ocidental.

A percepção de que Portugal poderia, eventualmente, deixar de alinhar pelo Ocidente é confirmada por outros observadores. Nas palavras do embaixador da Bélgica em Lisboa na altura, o que verdadeiramente estava em causa na revolução portuguesa era saber se Portugal se manteria "no seio da Europa Ocidental ou juntar-se-ia ao campo comunista".<sup>14</sup> Esta dúvida encontrava fundamento na falta de organização do poder civil, à excepção do Partido Comunista.<sup>15</sup> O embaixador belga acrescenta que "a atitude dos comunistas alertou os observadores políticos e os agentes dos serviços especiais estrangeiros de informações, bem como o círculo de jornalistas estrangeiro atraídos a Lisboa pelos acontecimentos, e em breve se propagou, a todo o mundo, a notícia de uma coligação em Portugal entre o Partido Comunista e o MFA".<sup>16</sup>

Os restantes partidos que haveriam de estruturar o regime democrático ou ainda nem sequer existiam à data do 25 de Abril de 1974, ou tinham sido formados recentemente.<sup>17</sup> Tudo isto conduziu à percepção de que a tomada de poder pelo

PCP era uma possibilidade. Kissinger, na altura, chega a fazer uma analogia entre o caso português e a revolução russa de 1917.

É neste contexto de aparente inevitabilidade do controlo do aparelho do Estado por parte de elementos afectos ao Partido Comunista que se vão desenhar as duas estratégias diferentes para a revolução portuguesa: de um lado, a vacina de Kissinger, do outro, o auxílio aos moderados recomendado por Willy Brandt. A RFA não desejava que se gerasse uma situação na Europa que pudesse perturbar a sua Ostpolitik.

Bruneau chama ainda a atenção para outro aspecto importante: o envolvimento europeu, sobretudo da República Federal da Alemanha, prende-se com uma tentativa de afirmação da Europa ocidental no "período post-Vietname e Watergate e ao equívoco sofrido pelos Estados Unidos no que se refere quer a Portugal quer a Angola".<sup>18</sup> Esta hipótese da tentativa de projecção europeia/alemã federal por entre os dois subsistemas da Guerra Fria é fundamental para o entendimento da influência externa em Portugal.<sup>19</sup> A existência de canais de comunicação já estabelecidos — NATO, EFTA, CEE, comércio bilateral, redes informais de contactos — é crucial na evolução do processo revolucionário português uma vez que ligavam Portugal ao mundo Ocidental do qual a economia portuguesa se encontrava em situação de progressiva dependência acentuada pela quebra brusca do comércio com as colónias. O que os actores nacionais fizeram foi usar essas plataformas para, através delas, cativar apoios e fazer avançar as suas estratégias políticas. Paralelamente, foi a existência desses mesmos canais que facilitou a influência internacional na evolução política portuguesa. Assim, a CEE, da qual fazia parte a RFA, deve ser perspectivada em dois sentidos: como um meio que permitia aos actores nacionais acederem aos decisores políticos europeus e como uma forma de os Estados membros influenciarem a evolução dos acontecimentos em Portugal. Da competição entre os agentes políticos nacionais pelo apoio externo ocidental saiu vencedor o Partido Socialista liderado por Mário Soares.

J. Sablosky, no seu trabalho sobre a importância da Internacional Socialista no processo de transição em Portugal, afirma que o Partido Socialista estava em melhores condições para conseguir apoios internos e, por isso, externos. Nas suas próprias palavras, o Partido Popular Democrático e o Centro Democrático e Social tiveram maiores "dificuldades iniciais em ganhar apoio por causa das suas ligações ao regime anterior. Neste contexto, o Partido Socialista, cujos organizadores eram conhecidos como opositores ao regime e tinham estado na prisão, possuíam uma vantagem. Mas tinham pouco mais".<sup>20</sup> Este pouco mais haveria, contudo, de se revelar essencial. Segundo a autora, "durante o exílio, alguns socialistas, liderados por Mário Soares, tinham desenvolvido uma rede de contactos dentro do movimento socialista europeu. (...) Foi para esta rede de contactos que o PS se virou em Maio de 1974".<sup>21</sup>

Na outra face da moeda destacava-se o Partido Comunista Português. Pode mesmo dizer-se que o maior indicador da eficácia da acção concertada externa e internamente se mede pela inversão da trajectória do PCP naquilo que é o primeiro e último objectivo da luta política: a conquista, exercício e manutenção do poder. A fórmula europeia defendida, sobretudo, pela RFA haveria de consistir em ajudar,

mas deixando claro que a ajuda era dada exclusivamente aqueles que defendiam um modelo europeu ocidental de sociedade. O mesmo modelo que a República Federal queria estender, um dia, ao território e aos cidadãos da vizinha República Democrática.

### Da surpresa inicial à viragem no curso da revolução

Os autores que estudaram a dimensão internacional deste período da História de Portugal são também unânimes na classificação do impacte inicial dos acontecimentos do 25 de Abril: surpresa e expectativa benevolente.

Logo a seguir ao 25 de Abril, de acordo como o seu programa, o MFA nomeou uma Junta de Salvação Nacional.<sup>22</sup> A Junta designou como presidente o general Spínola. A comissão coordenadora do MFA, composta por 25 militares envolvidos no golpe, nomeou os membros do Conselho de Estado. Este era formado por 21 elementos, sendo sete deles militares. Assim se inaugurou o regime provisório que deveria preparar as eleições constituintes.<sup>23</sup>

Spínola nomeou como presidente do Conselho do governo provisório Adelino da Palma Carlos. A escolha do ministro dos Negócios Estrangeiros recaiu sobre Mário Soares,<sup>24</sup> que já antes de ocupar o cargo desempenhava a tarefa de estabelecer contactos com os governos ocidentais. A designação de Mário Soares para os Negócios Estrangeiros não há-de ter sido prejudicial aos contactos internacionais do PS.

O primeiro líder do PPD, Francisco Sá Carneiro, integrou o executivo como ministro sem pasta. No fundo, como relata o então embaixador de Portugal em Washington, João Hall Themido, que foi mantido no cargo como garantia de que os compromissos internacionais de Portugal seriam mantidos, "os propósitos da Junta de Salvação Nacional eram moderados e aceitáveis, os novos nomes mais em evidência não suscitavam reparo e alguns eram mesmo recomendáveis".<sup>25</sup>

O ministro dos Negócios Estrangeiros logo procurou dar garantias aos europeus de que a política externa portuguesa era credível.<sup>26</sup> Imediatamente a seguir ao 25 de Abril, em 27 de Junho de 1974, o I Governo Provisório pediu auxílio económico à Comunidade Económica Europeia. Portugal tinha também solicitado ajuda financeira norte-americana e tinha mostrado pretender manter a política africana defendida por Spínola no livro *Portugal e o Futuro*, procurando para isso "adquirir armamento necessário à defesa dos seus territórios coloniais".<sup>27</sup>

Mas logo surgiram estratégias divergentes quanto à política de descolonização. Spínola queria uma descolonização referendada por todas as partes enquanto que o MFA pretendia negociações imediatas com os movimentos armados de libertação. Foi o que aconteceu, à revelia das intenções do presidente da República.<sup>28</sup>

O I Governo Provisório não chegou a durar dois meses: a 9 de Julho Palma Carlos demitiu-se. Com a demissão do primeiro-ministro, Vasco Gonçalves assumiu a presidência do governo. Entretanto, a presença dos militares no Conselho de

Estado aumentava. A 5 de Julho, quatro dias antes da demissão de Palma Carlos, passaram a ser catorze (2/3 do número total de membros). O MFA criou, ainda em Julho, o Comando Operacional do Continente (COPCON) destinado a garantir a ordem e dirigido, na prática, por Otelo Saraiva de Carvalho, que se tornou simultaneamente governador da região militar de Lisboa.

A primeira reacção oficial da CEE ao processo iniciado a 25 de Abril é divulgada no dia seguinte ao da demissão do primeiro-ministro. Mas não passa ainda de uma declaração de que a Comunidade seguia com simpatia os acontecimentos em Portugal e tomava nota dos progressos na via da democratização. Exprimia ainda a esperança de que a evolução política portuguesa pudesse conduzir ao estreitamento das relações com a CEE. Mas, como aponta Nuttall no seu estudo sobre a Cooperação Política Europeia, a Comunidade cedo viria a demonstrar a sua "preocupação com a democracia pluralista na resposta que deu aos acontecimentos em Portugal".<sup>29</sup>

O II Governo Provisório entrou em funções a 19 de Julho de 1974. Tal como no Conselho de Estado, também no governo os militares passaram a ocupar mais lugares. Mário Soares manteve-se nos Negócios Estrangeiros e Álvaro Cunhal, líder do Partido Comunista Português, passou a integrar o executivo na qualidade de ministro sem pasta.

Como conta o embaixador de Portugal em Washington, o primeiro sobressalto na capital norte-americana com o curso da mudança em Portugal e as suas repercussões na política externa surgiu com a novidade da presença de elementos do Partido Comunista no governo. Mas as preocupações viriam com a demissão de Spínola na sequência dos acontecimentos de 28 de Setembro.<sup>30</sup> Na mesma altura, foi exigida pela primeira vez a institucionalização do MFA. A 30 de Setembro de 1974 Spínola foi substituído por Costa Gomes na Presidência da República.

A substituição de Spínola por Costa Gomes levava à queda do governo. Igualmente dirigido por Vasco Gonçalves, o III Governo entrou em funções a 1 de Outubro de 1974. O subsecretário para os Assuntos Europeus informou então o ministro das Finanças português, em visita aos Estados Unidos, que a ideia do apoio económico a Portugal surgira antes de ter ocorrido a mudança do Presidente da República — o que queria dizer que dos Estados Unidos não se poderia esperar apoio. E a 18 de Outubro, Kissinger recebe Mário Soares no Departamento de Estado e aponta que era a primeira vez que comunistas integravam o governo de um Estado membro da NATO. A isto Kissinger acrescenta que a presença do PCP, para além das instituições políticas, era tão forte nos sindicatos e nos meios de comunicação social que se deveria equacionar a saída de Portugal do subsistema ocidental. O ministro dos Negócios Estrangeiros português nega que assim seja, ao que Kissinger responde que Soares haveria de ser o Kerensky português.<sup>31</sup>

Passado pouco tempo, a 25 de Novembro de 1974, o III Governo Provisório apresenta propostas urgentes para a modificação de certas cláusulas comerciais no âmbito do Acordo de Comércio Livre de 1972 entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia e para uma cooperação mais alargada que abrangesse certos direitos sociais para os emigrantes portugueses nos Estados membros da Comunidade. Só em França eram 850 000 em 1974.

No entanto, não houve "vontade de dar rápida satisfação aos pedidos de Portugal".<sup>32</sup> As posições da Europa Comunitária e dos Estados Unidos coincidiam neste momento e traduziam-se em não dar resposta aos pedidos portugueses num momento em que a evolução interna estava ainda marcada pela incerteza.

Mas estas recusas podiam também ser interpretados em Lisboa como uma forma de tornar claro que o reforço da posição do Partido Comunista significaria o não apoio por parte do Ocidente, para já traduzido na falta de vontade de legitimar externamente o III Governo Provisório ou de lhe proporcionar qualquer pretexto para que se reforçasse internamente.

Na realidade, só a 28 de Maio do ano seguinte seria possível chegar à recomendação para que o Acordo comercial que ligava Portugal às Comunidades fosse renegociado tendo em vista conferir-lhe um carácter mais amplo.

### Uma oportunidade para a Alemanha Federal

Entre 19 e 21 de Outubro de 1974, o ex-chanceler Willy Brandt esteve em Lisboa e no Porto onde falou em comícios do Partido Socialista. Logo à chegada a Lisboa, Brandt declarou à imprensa pretender ajudar o povo português e o Partido Socialista no caminho para a democracia.<sup>33</sup> Da agenda de Willy Brandt faziam parte audiências com Costa Gomes e com Vasco Gonçalves.

A visita permitiu-lhe perceber melhor a situação vivida em Portugal, o que haveria de produzir efeitos no trabalho que a partir daí desenvolveu internacionalmente a favor da democratização de Portugal. Esta acção inscrevia-se no contexto mais vasto das mudanças de regime no Sul da Europa e na afirmação externa da RFA, via CEE. A Europa constituía-se assim como uma plataforma através da qual a RFA tinha, em primeiro lugar, ganho a sua aceitação internacional, para agora, possibilitar alguma projecção.<sup>34</sup> Na verdade, depois do ciclo de tratados ocidentais com que Adenauer tinha conquistado a aceitação internacional da RFA, Brandt sabia que era necessário ganhar espaço para consolidar a Ostpolitik.

A CEE servia à RFA como um espaço privilegiado para exprimir a sua vontade de unidade europeia. Essa unidade poderia, um dia, estender-se ao Leste do Continente. E o caso português servia como um exemplo de alargamento do espaço democrático na Europa, base política em que assentaria a unificação europeia.

A RFA, ao contrário da França de De Gaulle, não procurava a projecção externa numa base apenas nacional. Procurava, em vez disso, fundir os seus interesses nacionais com os interesses europeus. Estes seriam os da unidade do Continente. Conseguir esta seria alcançar o fim da divisão da Europa e, logo, da Alemanha.<sup>35</sup> Na verdade, o apoio da RFA à democratização dos países do sul da Europa e à sua integração na Comunidade, tal como a defesa da unificação europeia, pode ser visto como fazendo parte da afirmação dos interesses nacionais alemães. O objectivo era o de que todo o Continente acesse à democracia parlamentar. E isto porque se a RDA se tornasse um Estado democrático, permitindo que os seus cidadãos



fizessem uso do direito à autodeterminação, então a probabilidade da reunificação alemã seria maior. Esta estratégia fundamental da política externa da Alemanha Federal pode ser melhor entendida avançando até aos finais da década de 80, para ouvir o então Chanceler Kohl: "cada possibilidade de realizar eleições autênticas que se abre aos povos da Europa, cada incremento da liberdade, dos direitos humanos, cada passo para superar as fronteiras na Europa e no mundo supõe também um êxito no caminho para a livre autodeterminação de todo o povo alemão".<sup>36</sup>

Regressando ao período revolucionário em curso em Portugal, deve também referir-se o interesse partidário mais imediato. Com efeito, Brandt poderá também ter ficado bem impressionado com a influência do seu partido nos assuntos europeus e o papel que poderia desempenhar na afirmação da democracia no Continente.<sup>37</sup>

### Duas visões da revolução

Com a visita de Brandt a Lisboa, a RFA e o Departamento de Estado norte-americano começavam a formar estratégias diferentes para Portugal, embora a embaixada dos Estados Unidos em Lisboa não tivesse a mesma percepção de Kissinger<sup>38</sup> sobre a inevitabilidade, ou as vantagens, de um regime comunista. Assim, para o embaixador Carlucci, em funções desde Janeiro de 1975, os Estados Unidos deveriam manter sem alteração o seu relacionamento com Portugal, apesar da presença de comunistas no governo. Qualquer apoio americano teria de ser encoberto como forma de evitar a sua exploração pela esquerda.

Segundo Hall Themido, a percepção do embaixador Carlucci não podia ser mais distante da que Kissinger fazia. Na sequência, o secretário de Estado "optou por se desinteressar". Este desinteresse levaria a que "sendo um país pequeno, e pouco desenvolvido, com reduzido potencial económico, Portugal caminhará para se transformar numa outra Albânia ou Cuba, ficando isolado no extremo ocidental da Europa. Esse país, empobrecido, desprestigiado e sem qualquer expressão no tabuleiro internacional, tornar-se-ia exemplo a não ser repetido pelos restantes países europeus e um peso para a União Soviética".<sup>39</sup> Foi precisamente este o cenário que os europeus quiseram, e conseguiram, evitar.

A chegada a Lisboa de Carlucci coincidiu com uma nova inflexão à esquerda. Foi nesse período que o Partido Comunista e os militares com ele identificados tentaram a unicidade sindical contra a qual se insurgiu primeiro o dirigente socialista Francisco Salgado Zenha. Este processo culminou com o 11 de Março de 1975 quando, em resposta ao alegado golpe contra-revolucionário, de um momento para o outro, foi nacionalizada<sup>40</sup> mais de metade da capacidade produtiva portuguesa. As empresas estrangeiras ficaram excluídas do processo.

O embaixador belga em Lisboa, testemunha que os "acontecimentos do 11 de Março de 1975, ainda mais que os de 28 de Setembro de 1974, (...) preocuparam vivamente as chancelarias, pois o deslize para a esquerda foi fortemente sentido nas

capitais estrangeiras, sobretudo em Washington e nos países do Mercado Comum".<sup>41</sup> A apreensão dos Governos europeus foi então transmitida ao Presidente da República, Francisco Costa Gomes.

Willy Brandt, referindo-se ao mesmo período, afirma que "a situação política interna era difícil. Não se podia descurar a gravidade dos problemas económicos. O MFA não oferecia a imagem de grande unidade. Os comunistas estavam bem organizados, recebiam grande auxílio do exterior e aumentavam a pressão. A saída do ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, do governo gonçalvista já era de prever".<sup>42</sup>

Tornou-se então claro o início da divergência no modo de encarar a evolução portuguesa: a visão europeia iria evoluir no sentido de não ver Portugal a caminho da órbita da União Soviética; e a visão de Kissinger, para quem o Ocidente deveria esquecer Portugal, que se manteria até meados de Agosto de 1975. Como explica Hall Themido, "para os europeus, habituados à coabitação entre regimes aparentemente antagónicos e ao compromisso, Portugal não era terreno perdido (...) sendo indispensável apoiar as forças verdadeiramente democráticas (...). Na opinião de Kissinger, dominante na Casa Branca, Pentágono e entre a maioria de altos funcionários do Departamento de Estado, Portugal era terreno perdido para o Ocidente e, nessas condições, quanto pior fosse a situação portuguesa, melhor serviria como exemplo".<sup>43</sup>

### Início do refluxo

Os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte iriam mudar tudo. A partir desse momento, o apoio aos moderados torna-se cada vez mais nítido e o esforço para conduzir o PCP a abandonar o governo torna-se o primeiro objectivo da acção política interna e externa.

Mas antes disso, a 26 de Março de 1975, uma remodelação governamental dá origem ao IV governo provisório. Mário Soares passa a ministro sem pasta, ficando Melo Antunes à frente dos Negócios Estrangeiros. Faltava um mês para as eleições para a Assembleia Constituinte.

No mesmo dia, Kissinger, em declarações à Imprensa, afirma que o MFA, "dominado por elementos esquerdistas, escolhera um governo onde os comunistas e seus associados ficaram com os ministérios mais importantes". Para Kissinger, essa evolução "levantava problemas aos Estados Unidos em relação à sua política quanto à NATO e ainda acerca da sua política em relação a Portugal".<sup>44</sup> A 2 de Abril, o Conselho da Revolução insistiu na intenção de continuar a sua actividade depois das eleições, num período de três a cinco anos, pressionando a Plataforma de Acordo Constitucional, normalmente designado por pacto MFA/Partidos. Tratava-se, como explica António Reis, de condicionar a futura Constituição antes das eleições constituintes.<sup>45</sup>

Dois dias depois, a República Federal da Alemanha suspendeu o seguro de

exportações para Portugal. E, logo em seguida, a 9 de Abril, o governo da RFA adiou uma decisão sobre um auxílio financeiro a Portugal no valor de 70 milhões de marcos. Era um sinal claro, embora não suficiente para impedir que a 11 de Abril fosse assinado o acordo que ficou conhecido pela designação de pacto MFA/Partidos. Mas era também já uma demonstração de que a recusa de auxílio não era o instrumento mais eficaz para inverter a dinâmica interna em Portugal. A 16 de Abril, o SPD ainda publicou uma carta subscrita pelos partidos socialistas da CEE e pelo grupo socialista do Parlamento Europeu dirigida a Vasco Gonçalves, "exortando o MFA a distanciar-se do PCP, elogiando Soares e insinuando a possibilidade de promover (ou, em entrelinhas, impedir) um auxílio da CEE".<sup>46</sup>

A 25 de Abril de 1975 realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte. O MFA aconselhou o voto em branco. Os partidos colocados mais ao centro foram amplamente mais votados,<sup>47</sup> obtendo o PS uma vitória que permitiria modificar o panorama político, sobretudo, pela conjugação com as forças não comunistas. A tendência não comunista no MFA tinha também condições para se afirmar. Mas o processo de transição para o regime democrático de tipo ocidental ainda não estava concluído.

O período posterior iria ser um refluxo materializado na saída dos comunistas do governo e na substituição das cúpulas do MFA. É neste período que se verifica uma concertação política externa e interna que coloca uma tal pressão sobre o PCP que este é obrigado a recuar. Para fazer o PCP sair do governo era necessário agir em várias frentes. O MFA e o Presidente da República eram cruciais.

A acção externa não foi, desde logo, homogénea. A Alemanha Federal começava a materializar uma atitude diferente, consubstanciada na escolha dos elementos a auxiliar: os moderados civis e militares liderados, respectivamente, por Mário Soares e Melo Antunes.

A viragem na atitude do Governo Federal materializa-se a 19 de Maio, quando a subvenção de 70 milhões de marcos, cuja decisão tinha sido adiada a 9 de Abril, é posta à disposição do ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes. A posição da RFA não foi imediatamente seguida na Comunidade Económica Europeia, onde o Conselho de Assuntos Gerais de 26 de Maio continuou a hesitar "por razões políticas",<sup>48</sup> não tendo sido concedido auxílio.

Muitas destas hesitações eram francesas, dado que Paris acompanhava com mais entusiasmo a transição na Grécia do que na Península Ibérica. E o facto é que, em matéria de posicionamento externo, a CEE só poderia agir por unanimidade. No fundo, no campo das relações internacionais, as Comunidades tinham um carácter instrumental. A sua acção corresponde à vontade política dos Estados membros, que se expressava através da CEE em complemento das acções que empreendiam unilateralmente. Nesta óptica, ver um interesse comunitário na democratização dos três regimes da Europa do Sul — Portugal, Espanha e Grécia — deve ser entendido na sequência do próprio interesse individualmente considerado dos Estados membros nesse mesmo processo. Na prática, o que é o interesse europeu senão o encontro entre interesses nacionais?

Por seu lado, nos Estados Unidos, as eleições constituintes não removeram as reservas do Departamento de Estado. A "atitude americana continua a sofrer do

pensamento de Kissinger. Nessa fase, era frequente ouvir-lhe dizer que as eleições portuguesas pareciam funcionar apenas como uma sondagem de opinião e que uma orientação neutralista da parte do governo de Lisboa alteraria profundamente a posição americana em relação à Europa".<sup>49</sup>

### A "força das coisas" na política externa

A 30 de Maio, por ocasião da Cimeira da Nato em Bruxelas, Vasco Gonçalves, em conferência de Imprensa, atribui responsabilidades pelas "incompreensões" à informação colhida "apenas através das deslocações que frequentemente fazem, ao estrangeiro, os dirigentes dos partidos políticos portugueses",<sup>50</sup> afirmando ainda que "no nosso país há muita liberdade. É mesmo, talvez, o país da Europa e até do Mundo, onde há mais liberdade".<sup>51</sup>

Na mesma ocasião, respondendo à afirmação de que "os americanos disseram que não podiam nunca aceitar um regime comunista na OTAN", o primeiro-ministro declara que "essas acusações de que o regime português, hoje, o regime do MFA, é comunista, correspondem a uma acção da reacção nacional e internacional que tem por objectivo travar a marcha do povo português no sentido do progresso e da liberdade".<sup>52</sup>

A 23 de Maio, uma semana antes da Cimeira da NATO em Bruxelas, o Conselho da Revolução reúne-se extraordinariamente para questionar o PS e o PCP, que foram ouvidos separadamente. A reunião realizou-se a pedido do PS. Na abertura da reunião, Mário Soares afirmou que "se se pensa possível realizar um comunismo à cubana, há engano; isso foi possível porque a URSS pagou a factura. Esta situação é impossível na Europa e em Portugal: a URSS não está nessa disposição e mesmo que o quisesse não o podia fazer".<sup>53</sup>

Em relação à futura política externa portuguesa, Soares afirmou que o terceiro-mundismo era correcto no plano político mas que "no domínio económico, o Terceiro Mundo vale pouco". Por essa razão, o futuro de Portugal "será a Europa; não nos podemos cortar da Europa". Ainda no domínio das relações externas, Soares informou o Conselho da Revolução de que "se dermos garantias de independência nacional e se assegurarmos a democracia política, a Europa auxilia". No seu entender, "o apoio fundamental tem que vir da Europa: a força das coisas vai-nos forçar a rever as coisas".

Álvaro Cunhal, por sua vez, aludiu à existência de dois processos paralelos: um revolucionário e outro eleitoral. No caso português, os dois processos entraram em conflito, com as eleições a "travar o processo revolucionário e a reconduzir o país para um processo que não é o que está traçado". Ainda segundo as declarações do dirigente comunista registadas em acta, "não vemos a possibilidade de, aqui em Portugal, ser constituído um regime semelhante ao da Inglaterra, RFA ou França". Para Cunhal, "o processo eleitoral pode contrariar o processo revolucionário" dado que o primeiro foi influenciado pela "chantagem sobre a opinião pública

portuguesa da parte internacional" a que se juntou a "acção da Igreja". Por este motivo, os resultados de eleições futuras deveriam ser sujeitos a "rectificações" nas zonas onde Cunhal entende que "ainda não existem liberdades democráticas".

No domínio das relações externas, Cunhal defende haver "toda a vantagem em manter os investimentos externos, da Europa, desde que respeitem a independência portuguesa". E essa independência, continua o secretário geral do Partido Comunista, era contrária à exigência de que os ministros comunistas fossem postos "fora do governo". Este tema haveria de ser recorrente nas futuras intervenções públicas do dirigente comunista.

### **Portugal é um assunto europeu**

A concertação da pressão internacional com a exercida internamente faz-se, depois das eleições para a Assembleia Constituinte, no sentido de formar governo sem uma presença significativa do Partido Comunista. Essas pressões culminam em Agosto quando o Presidente da República se desloca à Finlândia para assinar a Acta Final de Helsínquia.

A similitude de posições entre o primeiro-ministro e os comunistas portugueses aparecia claramente nas intervenções públicas do secretário-geral do PCP. Tanto Álvaro Cunhal quanto Vasco Gonçalves consideram o Pacto MFA-partidos como a justificação para que o resultado das eleições não tivesse expressão na composição do governo. Ao contrário, para o Ocidente, as eleições Constituintes deveriam ter já expressão na formação do V Governo Provisório.

O primeiro-ministro e o Partido Comunista insistiam na institucionalização do MFA tal como acordado com os partidos.

De facto, o MFA era essencial à estratégia do PCP porque garantia a força armada para a continuação da sua revolução. O PCP não se cansaria de insistir que o MFA era o "motor da revolução", fundamental no processo a par do movimento das massas populares. Este movimento tinha como força organizadora o próprio PCP e o movimento sindical. Assim, "as forças populares organizadas representam para o povo o que o MFA representa para as Forças Armadas. No ponto de vista social, trata-se da aliança do povo com as Forças Armadas. No ponto de vista político trata-se da aliança com o MFA do movimento popular organizado".<sup>54</sup> Isto é, do PCP. Esta aliança, em que o povo era representado pelo PCP e as forças armadas pelo MFA, faria a revolução socialista em Portugal. Neste contexto, para que a democracia parlamentar fosse instituída, era crucial impedir que o MFA fosse o braço armado da revolução que conduziria o PCP ao poder.

Se, até esta fase, as circunstâncias políticas em Portugal tornavam absurda a hipótese de excluir a participação comunista, agora, começam a reunir-se condições para que a influência do PCP comesse a ser limitada, invertendo a tendência do processo. É nesta estratégia que a acção internacional ganha toda a sua importância. Para motivar essa pressão internacional, os dirigentes socialistas fizeram

uso de todas as oportunidades, algumas delas tão rentabilizadas quanto possível, como aconteceu, a 21 de Maio de 1975, com o caso do jornal *República*.

Por esta altura, a Comunidade Europeia, influenciada pelo Presidente francês Giscard d'Estaing, mantinha ainda a posição de não conceder qualquer auxílio financeiro a Portugal. Assim, em 24 de Junho, os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE voltaram a mostrar "hesitação" em dar apoio económico a Portugal, preocupados com a "instabilidade política" e a incerteza sobre o "desenvolvimento democrático" no país. E logo em seguida, a 17 de Julho de 1975, o presidente francês "vetou um empréstimo da Comunidade... por receio de estar a subsidiar uma aliança socialista-comunista".<sup>55</sup> Não pode deixar de se observar que Paris, algo estranhamente — a não ser pelos reflexos que pudesse ter internamente dado que Mitterrand preconizava uma frente comum entre socialistas e comunistas franceses —, concebe nesta altura a possibilidade de uma estratégia comum entre o PS e o PCP. De qualquer forma, o Conselho Europeu de 17 de Julho, evidenciando que qualquer ajuda estava condicionada ao avanço da democratização, afirma textualmente: "a Comunidade Europeia, tendo em conta a sua tradição política e histórica, só pode dar o seu apoio a uma democracia pluralista".<sup>56</sup> Isto é, não se poderia esperar qualquer ajuda da CEE enquanto não fosse formado um governo que traduzisse os resultados obtidos nas eleições para a Assembleia Constituinte.

Neste contexto, a RFA assumiu um papel crucial. Em conversa com o presidente Ford, o Chanceler Federal Schmidt afirmou que, desde que se conseguisse evitar a intervenção soviética em Portugal, a situação modificar-se-ia num sentido favorável para o Ocidente. A Alemanha Federal entendia ainda que era possível, em breve, interromper este apoio aos comunistas portugueses.<sup>57</sup> Ao mesmo tempo, Willy Brandt insistia junto do Departamento de Estado sobre a importância do apoio aos moderados em Portugal e da manutenção do país na NATO — um dos canais de ligação aos militares do quadro não presentes no MFA. Segundo informações recolhidas por Sablosky, Brandt terá mesmo dito directamente a Kissinger que o caso português era um assunto de que os europeus se encarregariam.<sup>58</sup> A RFA propunha e liderava assim uma solução europeia para um problema europeu.

A partir desta altura, o tema das pressões externas passa a ser uma constante nas intervenções públicas do secretário-geral dos comunistas portugueses. O tom é dado a 3 de Junho, ainda antes da recusa da CEE de conceder ajuda económica. Diz Cunhal: "as forças da reacção internacional exercem as mais variadas pressões sobre Portugal para que seja entravado e interrompido o processo revolucionário, para que sejam postas em causa as conquistas alcançadas desde o 25 de Abril, para que o povo português se conforme a viver eternamente sob a exploração capitalista".<sup>59</sup> Na mesma altura é ainda dito que "nós sabemos bem que a União Soviética se conta entre os grandes amigos do novo Portugal democrático. Na grande luta comum pela libertação da Humanidade, a União Soviética está com a revolução portuguesa". Mas estaria de facto, ou viria a estar durante muito tempo mais?<sup>60</sup>

A 17 de Junho passou-se um episódio similar ao do jornal *República*, desta vez na Rádio Renascença. Ocorreram igualmente ocupações de instalações fabris em todo este período de grande agitação. No final desse mês em que se jogava o impácte das eleições, Álvaro Cunhal alerta durante um comício em Lisboa que "é a opção

socialista que provoca a campanha das forças reaccionárias e conservadoras internas e externas contra a revolução portuguesa" e conclui, em coerência: "elas dizem que o seu protesto, as suas pressões e as suas ameaças resultam do facto de em Portugal as liberdades estarem ameaçadas. A razão é porém, outra. Se atacam a revolução portuguesa não é porque em Portugal estejam ameaçadas as liberdades, mas porque está ameaçado o capitalismo".<sup>61</sup> Insistindo em que a social-democracia não é solução, Cunhal faz uma afirmação que não é difícil de ligar com o documento que irá ser produzido pela Assembleia do MFA que reunirá dez dias depois: "para que uma revolução seja realizada com sucesso não basta um programa revolucionário. É necessário um poder revolucionário capaz de pôr em prática esse programa".<sup>62</sup> Este poder revolucionário é vital para a estratégia comunista: "se não fossem capazes de o formar, entrar-se-ia a breve trecho num impasse pondo em risco a própria revolução".<sup>63</sup>

Assim torna-se mais claro que "a grande campanha reaccionária nacional e internacional mostra ter entre os seus principais objectivos dividir o MFA, eliminar os seus elementos mais progressistas e afastar o PCP do governo provisório".<sup>64</sup> Em todo este processo haveria de tornar-se decisiva a acção do ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, a par do bloco civil não comunista, onde se destacou o PS de Mário Soares, fortemente apoiado internacionalmente.

### **Afastar o PCP do Governo**

A viragem política que conduziu ao afastamento do PCP do Governo só foi possível depois das eleições para a Assembleia Constituinte. Mas para que um novo governo fosse formado, era preciso uma crise que justificasse o derrube do executivo então em funções. Era ainda preciso que as pressões externas e internas se exercessem de uma forma concertada. Os Estados Unidos teriam de continuar a ser discretos evitando que o seu apoio, gerido em Lisboa pelo embaixador Carlucci, produzisse efeitos contraproducentes.

Aos europeus cabia contactar directamente Costa Gomes, uma vez que ao Presidente competia determinar a composição do Governo, depois de consultar o primeiro-ministro e o Conselho da Revolução. Foi nesta altura que Costa Gomes foi pressionado pelo primeiro-ministro britânico e pelo chanceler alemão, em Helsínquia no início de Agosto, no sentido de afastar Vasco Gonçalves. Na sequência, o primeiro-ministro foi exonerado. Ao mesmo tempo, o Conselho da Revolução dividiu-se.

Verifica-se assim uma complementaridade entre a acção política externa e interna com o objectivo de provocar a queda do IV Governo e a nomeação de um outro sem Vasco Gonçalves e com uma presença mitigada de elementos comunistas. A acção incidira sobre todas as instituições, removendo os pontos em que o PCP se apoiava para se manter no Governo. A divisão do trabalho político fazia com que a pressão internacional recaísse sobre Costa Gomes, cabendo à frente interna agir na

área militar através de Melo Antunes e na esfera civil através dos partidos interessados na democracia parlamentar. Entre estes iria destacar-se o Partido Socialista, escolhido internacionalmente pelas suas maiores possibilidades de se afirmar na luta contra o PCP.

No entanto, os comunistas e a ala radical do MFA não desistiram de tentar fazer com que os resultados das eleições não tivessem expressão na formação do Governo. Ao mesmo tempo, desenvolveram mecanismos de acção política paralela. Como tinha dito Cunhal no comício do Campo Pequeno de 28 de Junho, era preciso dar o passo para criar o poder necessário aos propósitos da "revolução socialista". O dirigente comunista tem já consciência de que "o agravamento das divisões e conflitos no seio das forças interessadas na revolução portuguesa conduziria à derrota da revolução". Por isso, apela à "unidade do MFA, à unidade do movimento popular e ao reforço da aliança Povo-MFA", que conduziria à "vitória final".<sup>65</sup>

Pelo lado dos militares afectos ao PCP a resposta não se fez esperar: a 8 de Julho é publicado um documento saído da Assembleia Militar dos 240, a mesma que tinha decretado as nacionalizações na sequência do 11 de Março. Agora propunha-se institucionalizar os chamados órgãos populares de base e instaurar uma Assembleia Nacional Popular. Tratava-se de criar um órgão não eleito por sufrágio universal, paralelo à Assembleia Constituinte e à futura Assembleia da República. Demonstrativo da evolução posterior, a Assembleia dos 240 viu a sua composição completamente alterada num espaço de duas semanas.

Dois dias depois da publicação do documento dos 240, o Partido Socialista abandona o IV Governo. Estava aqui a crise política necessária à queda do Governo e à consequente designação de um outro. A possibilidade de instaurar um governo no Norte do país é também equacionada nessa altura. A 15 de Julho, o PPD toma a mesma atitude. Mas o Governo não caiu. Os ministros que se tinham demitido foram substituídos e o IV Governo permaneceu em funções. Costa Gomes não quis ainda dar o passo decisivo para afastar Vasco Gonçalves.

A crise foi subindo de tom. Exactamente dois dias depois do abandono dos ministros socialistas e dois dias antes da demissão dos ministros do PPD, a sede do Partido Comunista em Rio Maior é saqueada e incendiada. 19 de Julho foi o dia da manifestação na Fonte Luminosa, onde se misturaram o PS, o PPD e o CDS. Mário Soares declarou que o compromisso já não era possível e que a única solução passava pela demissão de Vasco Gonçalves. Agudizava-se a pressão na frente interna, doze dias antes da assinatura da Acta Final de Helsínquia. Este período ficaria conhecido como o "Verão Quente".

E é aqui que adquire a maior importância a intervenção de Álvaro Cunhal feita na véspera da manifestação da Fonte Luminosa, às onze e meia da noite, num comício em Lisboa. Os "apelos do imperialismo" tinham as suas responsabilidades nesta situação em que o líder socialista forçava a rotura, suportado pelos resultados das eleições e pelo apoio externo. Nesse dia 18 de Julho de 1975, Cunhal exortou à mobilização das forças interessadas na instauração de uma sociedade socialista dada a perspectiva de um "golpe contra-revolucionário".<sup>66</sup>

Depois da manifestação da Fonte Luminosa ainda se constituiu um triunvirato militar integrando o Presidente, o primeiro-ministro e o comandante do



COPCON. Ouviram-se também apelos à prisão dos elementos moderados do MFA. Tudo sem efeito. O directório militar não conseguiu reunificar o MFA e substituir-se ao Conselho da Revolução. No meio da confusão, a dinâmica do processo ia já noutro sentido, se bem que a incerteza permanecia.

A crise aberta pela saída do PS e do PPD do Governo continuar. Mas continuava também sem se vislumbrar a possibilidade de formação de um novo executivo. Tudo parecia estar cada vez mais nas mãos de Costa Gomes.

### Costa Gomes é pressionado

A 1 de Agosto, todos os líderes políticos dos Estados signatários da Acta Final de Helsínquia encontram-se reunidos na capital finlandesa. Os membros da Internacional Socialista tinham usado a ameaça de não participarem como forma de pressionaram a União Soviética a não apoiar o PCP.<sup>67</sup>

O processo conducente à Cimeira fundadora da CSCE constituiu uma oportunidade para os europeus agirem diplomaticamente no sentido de conter a escalada da crise em Portugal, determinando assim o desfecho da revolução.<sup>68</sup> Mas, no momento, não bastava apenas impedir o auxílio soviético ao PCP. Era preciso mudar também o governo. Para isso, pressionavam Costa Gomes, ligando claramente a ajuda económica e financeira à evolução política interna.

O próprio Presidente português contou posteriormente que na Cimeira de Helsínquia sofreu "pressões externas. Foram — continua Costa Gomes — o Sr. Harold Wilson, primeiro-ministro inglês e o Sr. Helmut Shmidt, da Alemanha, os principais elementos que fizeram pressão política e que me disseram: ou os senhores entram, enfim, num certo campo, ou os senhores perdem todas as facilidades prometidas, sob o ponto de vista económico e financeiro. O Schmidt dizia sempre da mesma forma: os senhores têm que ter ordem, porque, sem ordem não há economia e sem economia não há governo. E o seu país está muito desordenado; é preciso meter na ordem este, aquele, aquele outro, etc."<sup>69</sup> Mais tarde, o mesmo Costa Gomes refere a "enorme agressividade" de Wilson nesta ocasião. O então Presidente conta ainda que o apoio económico dos países europeus só chegou a Portugal já depois da saída de Vasco Gonçalves do Governo e da "subalternização do Partido Comunista".<sup>70</sup>

Depois da Cimeira de Helsínquia, os chefes de Governo europeus socialistas dirigem-se imediatamente para Estocolmo onde acordam a criação do Comité de Solidariedade e Amizade com a Democracia e o Socialismo em Portugal. Mário Soares estava presente. Na sua intervenção nessa reunião de Estocolmo — onde certamente lhe foi relatada a resposta que Costa Gomes teria dado a Harold Wilson e a Helmut Shmidt — apela para uma ajuda incondicional da Comunidade Europeia. Esta sequência de acontecimentos torna clara a concertação entre a acção política dos actores internos e externos. E mostra ainda como, a nível interno, se agiu para captar a atenção internacional de forma a obter apoios na luta contra o PCP.

Nas suas memórias, Willy Brandt refere-se à acção do Comité de Solidariedade e Amizade como “um esforço de ajuda cuja história completa ainda não pode ser escrita. Foi o produto da colaboração secreta entre uma mão-cheia de líderes partidários social-democratas. Não abrimos novas delegações e não fizemos publicidade. Em vez disso, demos ajuda política concreta e apoio moral e combatemos o derrotismo que crescia em círculos influentes do Ocidente”.<sup>71</sup>

Logo em seguida, a 7 de Agosto, um grupo de nove oficiais integrantes do Conselho da Revolução,<sup>72</sup> liderados por Melo Antunes, torna público um documento. No missiva, que ficou conhecida como Documento dos Nove, afirma-se a separação entre as esferas militar e política, ao contrário do que pretendia o PCP. O alcance político era claro: os militares não deveriam integrar o governo civil, nem a Assembleia do MFA deveria determinar preceitos constitucionais ou outros.

Esta tomada de posição é decisiva no processo político de transição para a democracia em Portugal. Abria-se uma cisão no MFA que o bloquearia enquanto “motor da revolução” e comprometia-se a aliança que tornaria possível a “revolução socialista” em Portugal.

No dia seguinte, 8 de Agosto, entra em funções um novo Governo. As negociações para a sua constituição foram demoradas e difíceis. Vasco Gonçalves manteve-se no cargo de primeiro-ministro e o Ministério dos Negócios Estrangeiros passou a ser dirigido por Mário Ruivo.<sup>73</sup> O V Governo Provisório era quase só constituído por militares. Para manter Vasco Gonçalves, o PCP iria ter o seu primeiro recuo em termos de composição do executivo. Aquilo que parecia uma vitória — ultrapassar a crise aberta pela demissão dos ministros do PS e do PPD do IV Governo — era, no fundo, um primeiro estertor.

### O curto V Governo Provisório e a “pequena rasteira” de Costa Gomes

Dois dias depois da tomada de posse do V Governo, Álvaro Cunhal faz o ponto da situação numa reunião convocada de emergência do comité central do PCP.

O Documento dos Nove ocupou um lugar central na intervenção do secretário geral. Cunhal anuncia que “a balança de forças não está nítida” e têm mesmo estado próximas situações “em que possa haver um desequilíbrio de forças favorável à direita”.<sup>74</sup> A situação é classificada como sendo de crise generalizada. Do poder político em resultado das dissidências no MFA e no movimento popular. Crise económica por causa do agravamento do défice orçamental, do alargamento dos sectores em dificuldades e do correlativo desemprego. “Tudo agravado pela sabotagem económica [e] pelas pressões imperialistas”.<sup>75</sup>

Segundo Cunhal, o MFA perdia a sua função como “a melhor garantia armada da defesa da revolução e do seu prosseguimento em aliança com as forças populares”.<sup>76</sup> E isto, simplesmente, mudava tudo: o PCP, movimento organizado das massas populares, via a revolução ficar sem “braço armado”. Era isto precisamente o que o grupo dos Nove estava a fazer.

Para que o ciclo de mudança iniciado com o abandono dos socialistas e popular democratas do IV Governo só faltava que Costa Gomes agisse, uma vez que lhe competia nomear e exonerar o primeiro-ministro, assim como escolher os membros do executivo depois de consultar o Conselho da Revolução — onde agora se destacava Melo Antunes.

Nestas circunstâncias, o PCP viu-se perante um dilema: se fosse o único partido a integrar o V Governo, a falta da "garantia armada da defesa da revolução" faria com que esse governo não se pudesse manter contra a hostilidade do PS, PPD e Grupo dos Nove. Mas a sua queda seria também a queda da expressão institucional do PCP, já que a sua dimensão na Assembleia Constituinte não se podia comparar ao bloco formado pelos restantes partidos.

Por outro lado, se adiasse a formação do governo, o vazio de poder poderia ser aproveitado por outros. E isto porque, "todo o esquema das forças conservadoras e reaccionárias era mostrar este governo como o governo dos comunistas, sem apoio militar e deixá-lo cair depois. O fracasso deste governo seria o fracasso do Partido Comunista, que seria arrastado nessa derrota".<sup>77</sup>

Posto perante esta alternativa, só restava ao PCP, quando percebeu que não podia esperar pela recomposição do MFA num sentido que lhe fosse favorável, aceitar o novo governo sem mais demoras. Sem conseguir que este tivesse a composição que queria. "Daí o termos apoiado a formação do novo governo e termos estado de acordo não só em que não houvesse uma representação partidária",<sup>78</sup> desabafa o dirigente comunista. Era a única forma de manter Vasco Gonçalves.

E manter Vasco Gonçalves era, afinal, impedir que se abrisse a brecha através da qual o PCP seria sugado para fora do poder. É o próprio Cunhal quem o afirma: "a grande ofensiva militar e política da direita concentraram os seus esforços num objectivo: o afastamento de Vasco Gonçalves, vendo nesse objectivo como que a abertura numa barragem de areia. Quer dizer, a água não passa, não passa até que num sítio consegue abrir caminho por um pequeno rompimento. E então a brecha alarga-se e a areia vai toda atrás".<sup>79</sup>

Depois do documento do grupo dos Nove, o PCP entra em perda, agindo para as minimizar. À defesa, portanto.<sup>80</sup> Para já, Vasco Gonçalves era a única garantia de que a composição do governo pudesse "ser melhorada".<sup>81</sup>

Mas sem apoio dos militares do Conselho da Revolução, com a Assembleia do MFA inoperacional e sem o apoio político do PS ou do PPD, o governo de Vasco Gonçalves dificilmente poderia sobreviver. E em breve, o Presidente da República iria reservar uma surpresa para Álvaro Cunhal.

A 24 de Agosto, Costa Gomes publica um comunicado anunciando a reestruturação do Conselho da Revolução e do funcionamento da Assembleia do MFA. Este documento é recebido com esperança pelos comunistas. O PCP parece não ter tomado consciência da mudança que as duas medidas do comunicado presidencial significavam.<sup>82</sup> Como também não sabia o que o Presidente da República iria fazer daí a cinco dias.

O PCP estava nitidamente à espera de outra coisa, vendo no Presidente Costa Gomes um elemento para a reposição do processo a caminho do socialismo. Estava

enganado. As medidas decretadas por Costa Gomes não podiam ter um alcance mais contrário às intenções do Partido Comunista.

Na verdade, o PCP entendia que era necessária "a reestruturação dos órgãos superiores do MFA, e não a reestruturação do governo".<sup>83</sup> Mas, nem a reestruturação que os comunistas queriam se fez, nem a reestruturação que não queriam se deixou de fazer: a 29 de Agosto, o Presidente da República demitiu Vasco Gonçalves do cargo de primeiro-ministro, nomeando-o chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, cargo que não chegou a exercer. Costa Gomes dirá, mais tarde que "foi uma ligeira rasteira que eu lhe passei: (...) destituí-lo e dizer-lhe que lhe oferecia o lugar de chefe de Estado-Maior. (...) Eu sabia que ele, como chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas não podia fazer nada".<sup>84</sup> O PCP via-se afastado. Primeiro, não tinha integrado o Governo para conseguir manter Vasco Gonçalves, com a esperança numa remodelação que fizesse entrar comunistas no executivo. Agora, já nem Vasco Gonçalves tinha. Cunhal não tinha previsto esta iniciativa de Costa Gomes, que não é certamente alheia às pressões de Helsínquia. A concertação interna e externa começava a produzir efeitos.

### Kissinger muda

Em meados de Agosto, depois das pressões de Helsínquia e antes de Costa Gomes demitir Vasco Gonçalves, o Departamento de Estado torna pública uma nova posição sobre a revolução portuguesa. Portugal já não seria a vacina, mas o exemplo de que o Ocidente estava coeso. O contrário, portanto. Os europeus viam assim consagrada, do outro lado do Atlântico, a linha política que defendiam para Portugal em conjunto com o embaixador Carlucci.

A mudança na atitude norte-americana ficou evidente a 14 de Agosto quando, ainda com Vasco Gonçalves como primeiro-ministro, Kissinger proferiu um discurso alusivo à política externa dos Estados Unidos. As relações com a União Soviética eram a sua principal preocupação e o caso português foi o exemplo escolhido para demonstrar a linha de acção política dos Estados Unidos.

A intervenção do secretário de Estado incide sobre três pontos: a política de Washington para Portugal; as implicações do processo português nas relações Leste-Oeste; o lugar de Portugal na NATO. Segundo Kissinger "em Portugal, terreno actual de preocupação, a União Soviética não deve partir da ideia de que tem a possibilidade de, directa ou indirectamente, influenciar os acontecimentos, contrariando o direito do povo português a determinar o seu futuro. O envolvimento de potências estrangeiras com esse objectivo, num país nosso velho aliado e amigo, é inconsistente com os princípios da segurança europeia".<sup>85</sup> Estava assim definida a nova atitude de Kissinger para Portugal. A União Soviética, por seu lado, continua sem nada dizer publicamente sobre o caso português.<sup>86</sup>

Kissinger disse ainda que "simpatizamos com os elementos moderados empenhados em construir Portugal por via democrática", acrescentando que

“opôr-nos-emos e condenaremos os esforços de uma minoria que parece querer subverter a revolução em proveito próprio”. Finalmente, “o povo português deve saber que os Estados Unidos e todos os países democráticos do Ocidente estão profundamente preocupados com o seu futuro e dispostos a ajudar Portugal democrático”.<sup>87</sup> O secretário de Estado, neste discurso de Agosto de 1975, não podia subcrever de forma mais clara aquelas que eram as posições dos europeus e de Carlucci sobre o processo revolucionário português.<sup>88</sup>

No mesmo dia em que Kissinger explicava nos Estados Unidos a política norte-americana para Portugal, Álvaro Cunhal fala num comício em Lisboa. Segundo Cunhal, os dirigentes socialistas recusaram as tentativas de compromisso que o PCP lhes propôs. Ao invés, preferiram acordos e apoios “à direita, internos e externos, no plano político e no plano económico”.<sup>89</sup> É nesta altura que o PCP desiste de procurar no PS o aliado para a construção do socialismo em Portugal. Em vez disso, procura alianças mais à esquerda: “é necessário o entendimento de todas as forças revolucionárias e um espírito aberto para o alargamento das bases de apoio social, político e militar ao poder estabelecido”.<sup>90</sup> O PCP procurava salvar ainda o governo de Vasco Gonçalves, que Costa Gomes iria demitir no fim do mês.

Agosto de 1975, quando a Acta Final de Helsínquia foi assinada, foi assim um mês de viragem na revolução portuguesa, representado o refluxo do processo acelerado a 11 de Março. Iria ainda haver uma nova tentativa de repor a revolução numa via que não conduzisse a uma democracia parlamentar de tipo ocidental fundada em eleições por sufrágio universal directo e secreto. Mas o PCP iria saber recuar a tempo.

### Novo dilema para o PCP

Com a exoneração de Vasco Gonçalves a 29 de Agosto de 1975, o Almirante Pinheiro de Azevedo é nomeado primeiro-ministro. Pouco depois, em 15 de Setembro, a assembleia do MFA reúne-se em Tancos. Com uma composição muito diferente daquela que a 8 de Julho tinha preconizado o poder popular, a assembleia de Tancos decretou alterações de grande alcance político como a modificação da composição do Conselho da Revolução, praticamente extinguindo a tendência de esquerda. A estratégia para alterar a equação política que sustentava o pacto MFA/Partidos e o PCP no governo estava concluída. A frente interna e externa tinha conseguido o objectivo de que o poder em Portugal exprimissem os resultados das eleições.

No dia seguinte ao da realização da assembleia de Tancos, o PCP faz um comício em Lisboa. Da intervenção de Álvaro Cunhal ressalta o apoio a Pinheiro de Azevedo. Na verdade, o PCP estava confrontado com um novo dilema. Se no V Governo a urgência para formar o executivo era motivada pela necessidade de manter Vasco Gonçalves, desta vez era a própria participação comunista que estava em causa. Como explica Cunhal, foi dado apoio a Pinheiro de Azevedo “porque a alternativa para um tal governo não era um governo revolucionário, nem um governo

com uma posição semelhante à do V governo provisório. A alternativa seria a formação a curto prazo dum governo mais à direita apoiado em forças conservadoras e reaccionárias".<sup>91</sup> Mas também em relação à composição do governo as coisas não haveriam de correr bem para os comunistas portugueses. De facto, a composição do VI Governo haveria de ser muito diferente daquela que o PCP desejava e parecia ainda acreditar.

Há uma conclusão que se pode tirar nesta altura. Se o objectivo da luta política é a conquista do poder, o PCP não só não se aproximava desse objectivo, como estava até a distanciar-se dele. O PCP estava perante um paradoxo: ou aceitava integrar o VI Governo, com uma participação reduzida, ou não aceitava e ficava excluído de poder influenciar por via institucional uma vez que o PS e o PPD o formariam, eventualmente alargando-o ao CDS. Portanto, as hipóteses que se colocavam ao PCP eram: ou apoiava Pinheiro de Azevedo e assim impedia a oscilação para o centro, ou ficava de fora. Posto perante esta alternativa, o PCP decidiu integrar o executivo na esperança de uma evolução favorável. É o próprio Álvaro Cunhal quem o diz: "o desenvolvimento da crise levou a um recuo das forças da esquerda, ao fim do V governo provisório e ao afastamento das suas responsabilidades dessa grande e inesquecível figura de revolucionário que é o general Vasco Gonçalves".<sup>92</sup> E, nesta mesma altura em que o PCP encara a sua participação no VI Governo Provisório, Cunhal alude a que "os reaccionários e conservadores (apoiados pelo imperialismo estrangeiro) fazem todos os possíveis para reduzir a participação comunista, ou para provocar o seu afastamento".<sup>93</sup>

O PCP manifesta-se também contra a marcação da data para as eleições legislativas. Mas, mantém Álvaro Cunhal, "pode haver pausas, pode haver ajustamentos. Pode mesmo haver recuos. Mas a linha essencial da revolução portuguesa rumo ao socialismo" será defendida, o que não tornará fácil a cedência nas conquistas da revolução "para que os sociais-democratas portugueses consigam ganhar a confiança do grande capital português, das multinacionais e dos sociais-democratas estrangeiros".<sup>94</sup>

A acção popular em aliança com a facção do MFA identificada com a via socialista do PCP servia como alternativa e como forma de pressão para que o PCP não ficasse demasiado enfraquecido no VI Governo. Mas no imediato, as coisas não iriam correr bem para o PCP no plano institucional: quando, a 19 de Setembro, o governo de Pinheiro de Azevedo entra em funções, apenas havia um ministro comunista. Melo Antunes voltou para os Negócios Estrangeiros e Mário Soares dedicou-se à preparação das eleições legislativas.

Nos finais de Setembro, Álvaro Cunhal vai ao Porto, onde explica as contingências associadas à reduzida participação dos comunistas.<sup>95</sup>

### Um Governo do PS e do PPD

Como explica Cunhal — dois dias antes de se cumprir um ano sobre o 28 de

Setembro de 1974, data em que o próprio Cunhal situa o primeiro avanço para o socialismo —, “o PCP apoiou os esforços do almirante Pinheiro de Azevedo e do presidente da República para a formação do VI governo provisório porque, a falharem esses esforços, a alternativa, no imediato, seria a formação de um governo abertamente de direita”.<sup>96</sup> É de reter que o PCP fez o que pode para evitar que o PPD entrasse no governo, o que o PS não aceitou.

Mas o VI Governo ainda reservava novas contrariedades para o Partido de Álvaro Cunhal. O acordo que com ele tinha sido feito para obter o seu assentimento e apoio a Pinheiro de Azevedo estava destinado a não passar à prática. Diz Cunhal: “antes de se anunciar a formação do governo o apoio do PCP foi condicionado pela aprovação do programa e por um acordo quanto aos lugares no governo (ministérios e secretários de Estado) a preencher por membros do PCP. (...) Ficou acordado que as secretarias de Estado da Indústria, da Agricultura (reestruturação agrária), do Comércio Externo, do Trabalho, da Marinha Mercante e da Cultura e Investigação Científica (na alternativa de Turismo, Emigração ou Desportos) seriam ocupadas por membros do Partido Comunista”.<sup>97</sup>

Logo no dia seguinte à publicitação, no comício do Porto, do teor do acordo quanto à parte que caberia ao PCP na distribuição partidária dos membros do VI Governo, Cunhal afirma: “se se constitui um governo em que a maioria dos membros é PS-PPD, se estes partidos têm como objectivo pôr em causa as conquistas da revolução, se se põem à frente de tal ou tal ministério homens para praticar uma política que conduza a tais resultados, logo esses partidos e sectores consideram estar em condições de impedir o prosseguimento da Revolução e de fazer voltar atrás o processo”.<sup>98</sup> Parece claro que Cunhal já não está convicto da bondade do acordo consigo feito para obtenção do seu aval, admitindo que alguma vez o esteve. Isto é, o tom, a 27 de Setembro, é já muito diferente daquele, mais optimista, que Cunhal usava ainda no dia 16, quando dizia sobre o programa do governo que “não é evidentemente o programa de um partido. Mas é aceitável no essencial”.<sup>99</sup>

Portanto, ou Cunhal tinha acreditado que o programa acordado ia ser cumprido e confrontou-se logo a seguir com sinais em sentido contrário; ou nunca tinha acreditado, mas não teve alternativa senão aceitar. Fosse como fosse, o efeito era o mesmo: o PCP recuava no plano institucional. A esta evolução não eram alheias as pressões externas, de que Cunhal fala cada vez mais a partir de Agosto.

## A CEE e o VI Governo

Nesta luta política pelo afastamento dos comunistas do poder, o PCP queixa-se publicamente de que os actores nacionais contam com o apoio dos países Ocidentais. Cunhal explicita que o “imperialismo está a impor condições que são lesivas da nossa independência nacional. Conhecemos pressões de carácter diplomático e económico que foram feitas para a formação do VI governo”.<sup>100</sup> Mais concretamente, “na formação do VI governo provisório, nós, os comunistas, entre outras

propostas, fizemos a proposta de ficar um comunista como ministro das Finanças. Não foram só as forças conservadoras portuguesas que se opuseram a isso".<sup>101</sup>

Que outras forças são estas de que fala o secretário geral do PCP? E que condições políticas terão posto? Cunhal responde: "se a CEE quer emprestar dinheiro a Portugal, a CEE não nos tem de dizer quem deve ser o ministro das Finanças ou o ministro do Comércio Externo" e "em relação a empréstimos estrangeiros, em relação a créditos externos, eles devem ser dados sem quaisquer condições políticas".<sup>102</sup> Noutro discurso, o penúltimo antes do 25 de Novembro, Cunhal volta a falar amplamente da ingerência externa. Segundo Cunhal, os países "imperialistas querem manter Portugal debaixo do seu jugo económico. Querem manter Portugal totalmente dependente e, através da dependência económica, procuram intensificar a ingerência política, o apoio dado às forças reaccionárias e conservadoras, a liquidação da revolução e a consolidação do capitalismo português associado às multinacionais e a elas submetido. (...) Nessa luta empregam os mais variados instrumentos, desde a decisão ou falta de decisão ministerial à incúria ou sabotagem de altos funcionários, ao adiamento das negociações, às delongas burocráticas e também à guerra ideológica".<sup>103</sup>

Estas pressões externas que o dirigente comunista afirma terem origem na CEE, levaram o PCP a não insistir para que o ministro das Finanças fosse um militante ou estivesse identificado com o partido "porque os financeiros estrangeiros, se viam um comunista no Ministério das Finanças, não confiavam em Portugal".<sup>104</sup> Cunhal referia-se à decisão do Conselho de ministros das Comunidades Europeias de 7 de Outubro de 1975, que concedeu uma avultada ajuda financeira com carácter de urgência. Na verdade, tratava-se da mais importante ajuda financeira concedida a Portugal neste período.<sup>105</sup>

A dimensão e a urgência do empréstimo explicam, por si só, as condições que o PCP não podia recusar sob pena de aproveitamento político por parte do PS e do PPD. No fundo Cunhal não tinha alternativa senão ceder, porque sabia que a situação das finanças portuguesas e o contexto geográfico do país confirmavam a Europa ocidental como o espaço preferencial para a inserção de Portugal na economia internacional. Era por isso que "nós não somos partidários do rompimento de relações, que aliás seria suicida, com os países capitalistas".<sup>106</sup> Ao excluir este "suicídio", Cunhal abria a porta para a pressão sobre o seu próprio partido.

E ninguém melhor que o próprio secretário-geral do Partido Comunista para explicar o impacte político da distribuição das pastas ministeriais a que ficou condicionada a ajuda comunitária e de que saíram beneficiados o PS e o PPD. Referindo-se novamente ao ministério das Finanças, Cunhal explicitou que "o ministério, se tiver amplos poderes de decisão, pode matar à sede de recursos financeiros as empresas nacionalizadas e cooperativas agrícolas e facilitar grandes recursos aos grandes capitalistas e agrários".<sup>107</sup> Mais concretamente, é ali "que está a torneira dos recursos do Estado e depende em larga medida do ministro, dos secretários de Estado, assim como da contribuição da banca nacionalizada, que a torneira se abra ou que a torneira se feche".<sup>108</sup> Aliás, dando razão a Cunhal, o novo ministro das Finanças logo tratou de substituir três administradores do Banco de Portugal, que tinham estado ao "serviço da revolução". E, quando Álvaro Cunhal reage contra esta



situação, é impossível não verificar que algo mudou significativamente quando é o PCP a queixar-se daquilo que antes tinha feito — colocar pessoas de confiança política em lugares estratégicos do Estado.

Estava perdida a luta contra a “democracia burguesa de tipo oeste-europeu”. É esta a luta ideológica que então se trava: a social-democracia da Europa Ocidental<sup>109</sup> — que Cunhal tanto hostiliza — contra o socialismo inspirado nos modelos de Leste.

E também é esta luta entre as concepções sociais-democratas e as das democracias populares que a composição do governo actualiza. Assim, no ministério do Trabalho, “tinha sido assente nas negociações para a formação do VI governo provisório que o secretário de Estado do Trabalho continuaria a ser um comunista. Mas depois os socialistas fizeram os seus cálculos com o apoio do PPD, e infelizmente não só do PPD, e viram que talvez não conviesse um secretário de Estado comunista no ministério do Trabalho porque tinha contacto com os sindicatos, apoiaria a Intersindical, e então quiseram meter um sindicalista socialista”.<sup>110</sup> Era mais um retrocesso no controlo do Estado. Mas havia mais, como era o caso do Ministério da Educação, outro exemplo de saneamentos à esquerda. O PCP não parecia capaz de travar este curso, ao contrário dos cálculos que o tinham levado a apoiar Pinheiro de Azevedo, resignando-se com a demissão de Vasco Gonçalves. Cunhal não tinha força política para contrariar a pressão que a CEE agora fazia com maior intensidade. Ao mesmo tempo, ao mudar a sua atitude, passando da recusa ao auxílio a Portugal para a posição contrária, as Comunidades mostravam que a melhor forma de influenciar a evolução do processo revolucionário em curso consista em trabalhar concertadamente com as forças políticas portuguesas interessadas na democracia pluralista.

A conjugação de esforços entre a frente interna e externa alcançou o objectivo de afastar o PCP do poder, abrindo caminho para a construção de instituições próprias do sistema parlamentar. Foi esta a estratégia que derrotou o PCP, o que só foi possível quando a CEE evoluiu do veto francês para a atitude alemã de conceder auxílio aos moderados e usar esse auxílio como alavanca diplomática que conduziria ao afastamento do PCP. Durante todo este processo, Álvaro Cunhal, sem o pretender, criou as condições para um reforço dos laços entre as elites políticas portuguesas e europeias que favoreceu o ambiente onde haveria de surgir a ideia do pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Esta seria, a prazo, a maior derrota para o projecto político do PCP.

Entretanto, em Portugal, continua o clima de contestação nas ruas que tornava confusa a percepção da evolução política. Mas a Europa ocidental permaneceu sempre mais convicta quanto ao desfecho do processo revolucionário do que os Estados Unidos, que continuam a não querer disponibilizar ajuda económica imediata.<sup>111</sup> Como consequência do adiamento do auxílio por parte de Washington, a contribuição europeia tornava-se ainda mais crucial.<sup>112</sup> A CEE conquistava espaço político de afirmação por entre as superpotências.

O processo revolucionário português iria ainda conhecer um novo e importante desenvolvimento a 25 de Novembro de 1975. Só depois terminaram as “preocupações quanto aos reflexos da revolução portuguesa na NATO”<sup>113</sup> como também

terminaram as incertezas quanto à natureza do regime. Após o 25 de Novembro, Portugal entrou num rumo do qual não voltaria a desviar-se. Vencendo a transição para o regime democrático, o país encontrou também o caminho para a Europa.

Para trás, como lembra Mário Soares, tinha ficado um período com “crises, pondo a nu contradições sociais tremendas, carências humanas e das organizações, incapacidades várias, e evidenciado também o mecanismo complexo dos condicionamentos externos. Houve — e há — uma dimensão internacional na Revolução Portuguesa — que projectou em Portugal competições e rivalidades que nos são alheias”.<sup>114</sup> Na altura em que Mário Soares faz estas afirmações, a opção europeia de Portugal ainda não estava formalizada. Mas a opção portuguesa da Europa estava já demonstrada.

Quando o I Governo Constitucional tomou posse, em Julho de 1976, Portugal iria fazer então a escolha de política externa que o colocaria na trajectória da pertença aos centros políticos onde as grandes decisões sobre a Europa são tomadas. Portugal passaria a integrar politicamente o projecto que ambicionava a formação de um “grande espaço”.

## Notas

- 1 Vide Henry Kissinger, Henry, *Diplomacy*, Londres, Simon & Schuster Ltd., 1995, capítulo “Detente and it’s discontents”, pp. 733-61.
- 2 No início da década de 90, Samuel P. Huntington avança com a tese de que a revolução portuguesa marca a origem de uma “terceira vaga de democratizações” que se estenderia à Europa de Leste, América Latina, Ásia e África. O elemento central da sua tese consiste na incerteza do desfecho. O argumento é retomado por autores que estudaram recentemente a revolução portuguesa como José Megone, “A integração europeia e a construção da democracia portuguesa”, *Penélope* n.º 18, Lisboa, Cosmos, 1998, pp. 123-63.
- 3 Reiner Eisfeld, “Influências externas sobre a revolução portuguesa”, em AA.VV., *Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1978*, Lisboa, CEDEP e Teorema, 1985, pp. 79-99.
- 4 Segundo Eisfeld, “as atitudes dos EUA, NATO e CEE revelar-se-iam particularmente importantes para Portugal em virtude da deteriorada situação económica do país (...). Tendo em conta o agravamento das relações comerciais e a recessão internacional, difícil é imaginar um tempo mais desfavorável para a revolução e descolonização portuguesas”, *idem*, p. 84.
- 5 Para Eisfeld, a penetração “tende a reduzir a capacidade de autonomia das outras sociedades. A penetração pode alcançar um grau tal que membros estranhos à sociedade penetrada, conjuntamente com alguns membros desta última, acabam por influir directa e autoritariamente na definição dos seus valores e objectivos sociopolíticos, bem como na mobilização dos meios necessários à sua concretização. Num contexto de interdependência internacional “desequilibrada”

- e "assimétrica em termos de poder", a política de penetração serve-se, como instrumento eficaz, de uma "diplomacia total" em que a política externa engloba actividades laborais, diplomáticas, de informação e comerciais", *ibidem*, p. 82.
- 6 *Ibidem*, p. 83.
- 7 A ideia que Eisfeld exclui da sua teoria, isto é, que houve uma busca activa e uma competição entre os actores nacionais pelos apoios internacionais é defendida por Juliet A. Sablosky. Como explica a autora, os "actores políticos internos e os partidos procuraram activamente ligações internacionais que os ajudassem a obter reconhecimento na persecução das suas próprias agendas", cf. Juliet A. Sablosky, *Transnational Party Activity and Domestic Political Development: The Case of Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Filosofia de Governo na Universidade de Georgetown, Washington, Julho de 1994, n. p., p. 10.
- 8 Mário Soares, *A Europa Connosco: Dois Discursos na Cimeira Socialista do Porto*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976, p. 30.
- 9 Thomas C. Bruneau, "As dimensões internacionais da Revolução Portuguesa: apoios e constrangimentos ao estabelecimento da democracia", *Análise Social*, vol. XVIII, Lisboa, n.º 72-73-74, 1892, p. 888.
- 10 Eisfeld, *ob. cit.*, p. 83.
- 11 Bruneau, *ob. cit.*, p. 890.
- 12 Henry Kissinger, *Years of Renewal*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1999, p. 630.
- 13 *Idem*, p. 631. Kissinger confirma também que, à medida que "o governo oscilava para a esquerda", deixou de compreender como é que "os moderados poderiam sair reforçados através do auxílio aos radicais" (p. 631), tal como viria a defender o embaixador Carlluci.
- 14 Max Wery, *E Assim Murcharam os Cravos*, Lisboa, Fragmentos, 1994, p. 127. Talvez esta afirmação do embaixador belga seja exagerada, e as possibilidades de escolha na política externa portuguesa não se coloquem de uma forma tão absolutamente maniqueísta. Talvez nunca chegasse a ser possível a entrada de Portugal na órbita da União Soviética. Mas isto não significava que Portugal não pudesse enveredar por um estatuto de neutralidade. E, se isto não implicaria necessariamente a passagem para o campo comunista, significava pelo menos, a saída do campo ocidental, cujas consequências para a NATO não podiam deixar de ser equacionadas.
- 15 O Partido Comunista Português estava organizado e actuava na clandestinidade antes do 25 de Abril. Isto traduziu-se em vantagens imediatas nos sindicatos e nos jornais. O PCP autodefinia-se como o partido dominante em Portugal.
- 16 Segundo Max Wery, "a verdade era tanto mais difícil de destrinçar quanto os oficiais do MFA eram, na sua maior parte, ilustres desconhecidos, mesmo para os adidos militares das embaixadas ocidentais. (...) Pensava-se comumente que formavam um bloco coerente a ampliava-se a importância da força dos elementos de esquerda no seio do exército.", *ob. cit.*, p. 129.
- 17 O Partido Socialista Português foi fundado em 1973 na República Federal da Alemanha, estando grande parte dos seus dirigentes exilados à data do golpe militar de Abril de 1974. Quando o regime foi derrubado, o PS não estava

- operacional. Sobre este assunto ver Rui Mateus, *Contos Proibidos: Memórias de um PS desconhecido*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996.
- 18 Bruneau, ob. cit., p. 891.
- 19 Como explica Desmond Dinan, "a evolução da Comunidade até 1989 pode ser dividido em duas fases. A primeira, do início da década de 50 até ao começo da de 70, assistiu a uma Comunidade de baixo perfil político numa Guerra Fria relativamente rígida e numa inquestionável hegemonia dos Estados Unidos, timidez diplomática da Alemanha, taxas de câmbio geralmente estáveis e prosperidade sem precedentes nos Estados membros. O segundo, daí em diante, viu a Comunidade adquirir gradualmente um alto perfil político com a relação entre as duas superpotências em mudança radical, declínio dos EUA, crescente afirmação alemã, oscilação das taxas de câmbio e uma largamente desigual performance económica entre os Estados membros." Desmond Dinan, *Ever Closer Union?*, Londres, MacMillan, 1994, pp. 69-70.
- 20 J. Sablosky, ob. cit. p. 33.
- 21 J. Sablosky afirma ainda que o PSD e o CDS "com o tempo e a precarização da situação para os políticos civis também se viraram para os seus parceiros políticos internacionais: o PSD para os partidos liberais europeus e o CDS para os democrata-cristãos. Mas a extensão das suas ligações e a sua dependência de apoio externo foi muito menos significativa para eles do que para os socialistas", *idem*, pp. 37-38.
- 22 Max Wery diz a este respeito que sua "composição era interessante. Denotava o desejo de não assustar o público e de não romper brutalmente com o passado; representava, sobretudo, a vontade de estabelecer o pluralismo.", ob. cit., p. 133.
- 23 Este processo aparece descrito nas memórias políticas de um dos membros do Conselho de Estado, Diogo Freitas do Amaral, intituladas *O Antigo Regime a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand/Nomen, 1995, pp. 156 e seg.
- 24 Sablosky defende que o "facto mais significativo sobre a rede da Internacional [Socialista], segundo afirmou um funcionário do SPD [Partido Social Democrata da Alemanha Federal], era o de permitir aos políticos no exílio fazer contactos de que precisariam uma vez no poder. (...) O acesso aos líderes de partidos socialistas haveria de ter um valor incalculável. Em 1975, o ano crítico da transição portuguesa para a democracia, haviam social-democratas a chefiar o governo da Áustria, Grã-Bretanha, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Suécia.", ob. cit., pp. 88-89.
- 25 João Hall Themido, *Dez Anos em Washington, 1971-1981*, Lisboa, Dom Quixote, 1995, p. 171. Sobre o mesmo assunto ver ainda António Telo, *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 242-46.
- 26 Como explica J. Sablosky, "Soares tinha de garantir aos europeus o compromisso do [I] Governo Provisório com o processo democrático e o seu empenho em honrar os compromissos internacionais do país, especialmente na NATO. E, ao mesmo tempo, tinha de cultivar o apoio para com o seu próprio partido enquanto força de moderação. Isto nem sempre foi fácil quando o PS tinha, internamente, de

- ênfatar as suas credenciais revolucionárias se quisesse continuar a ser uma força de esquerda credível”, ob. cit., p. 119.
- 27 Esta tentativa de aquisição de armamento militar para usar em África é relatada pelo embaixador Hall Themido, ob. cit., p. 175.
- 28 A centralidade e impacte do processo de descolonização na transição de regime em Portugal é evidenciada por autores como Kenneth Maxwell nos vários trabalhos que publicou sobre a matéria. Ver, por exemplo, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Presença, 1999. Maxwell argumenta que o “programa do MFA e o livro do general Spínola marcavam posições tão diametralmente opostas que continham as sementes de um conflito que só poderia ser resolvido com a vitória de um lado sobre o outro. ”, *idem*, p. 116.
- 29 Simon Nuttal, *European Political Co-Operation*, Nova Iorque, OUP, 1988, p. 123.
- 30 A 29 de Setembro Spínola ponderou apelar a uma intervenção da NATO, a que renunciou. Ainda a 29 de Setembro, o embaixador da Bélgica conta ter recebido um telefonema, às quatro da noite, solicitando refúgio na embaixada para o general Galvão de Melo, membro do Conselho de Estado e demissionário da Junta de Salvação Nacional desde a véspera. O mesmo pedido chegou à embaixada do Brasil e à dos Estados Unidos. Max Wery, ob. cit., p. 148.
- 31 Este episódio é relatado por Maxwell, ob. cit., p. 114.
- 32 Council of Europe, Parliamentary Assembly: “Report on the Situation in Portugal”, Doc. 3609, Estrasburgo, 21-04-1975, p. 18, citado em Einfeld, ob. cit., p. 86.
- 33 Sobre a importância das visitas dos líderes socialistas a Portugal, Sablosky salienta, para além do apoio moral, a oportunidade para promover actores nacionais. Nas palavras da autora, “ para sobreviver, o PS tinha de mostrar que conseguia trazer as pessoas para a rua em apoio ao seu programa. Os partidos e líderes governamentais europeus que se deslocaram em visitas de solidariedade ajudaram o PS a distinguir-se dos outros partidos ao apoiarem as declarações de pertença à “família” europeia”, ob. cit., p. 122.
- 34 Mais concretamente, “de acordo com fontes alemãs, Brandt não esteve em Portugal apenas como representante do Partido Social Democrata: esteve numa missão europeia com o objectivo de estabilizar a democracia em países como a Grécia e Portugal. Brandt afirmou nas suas memórias que (...) “apelei à mobilização de uma contraforça (...) não apenas por solidariedade para com os aliados portugueses mas também em nome do desenvolvimento europeu como um todo”, Willy Brandt citado em *idem*, p. 126.
- 35 Sobre esta questão ver Timothy Garton Ash, *In Europe’s Name: Germany and the Divided Continent*, Londres, Vintage, 1994. Segundo o historiador, a política externa da República Federal, em nome do interesse europeu, fazia avançar os seus próprios interesses nacionais. A Europa servia-lhe para recuperar a sua soberania, a sua credibilidade internacional e, até, alcançar a reunificação. A tese do autor assenta em que a RFA, “dividida no centro do Continente dividido” vê a ultrapassagem das divisões na Europa como instrumento para o fim da sua própria divisão.
- 36 Helmut Kohl citado em Kai Diekmann e Ralf Georg Reeuth, “Helmut Kohl: Yo quise la Unidad de Alemania”, Barcelona, Círculo de Lectores/Galaxia

- Gutenberg, 1997, p. 49. Estas palavras proferidas em 1989 ajudam também a entender a posição da RFA no processo que conduziu Portugal à democracia parlamentar e à CEE como membro de pleno direito.
- 37 Eisfeld relata que depois da visita de Brandt, o "SPD confessara abertamente que a viagem de Brandt tinha tornado clara a influência que a social-democracia alemã exerce sobre a evolução das democracias na Europa (citando Friedhelm Merz: "Solidariatat mit Portugal", Sozialdemokrat Magazin, n.º 11-1974, p. 14.)", Eisfeld, ob. cit., p. 89.
- 38 Segundo Hall Themido, Kissinger, "motivado pelo enquadramento político dominante da época - quando da plena confrontação entre Washington e Moscovo se pretendia passar para a coexistência - optou por considerar Portugal como um país perdido para o Ocidente. Partindo desse pressuposto, cnicamente, desejou o pior para Portugal. Desse modo, influenciar-se-ia, de forma útil aos Estados Unidos, a actividade política da Espanha, Itália, Grécia e mesmo França", ob. cit., p. 192. Era a vacina.
- 39 *Idem*, p. 200. Hall Themido afirma também que a perda de Portugal para o Ocidente era política e estrategicamente aceitável para Washington.
- 40 Sablosky, citando António Reis, esclarece que as nacionalizações não eram estranhas à via ideológica que o PS perfilhava. Os socialistas portugueses tinham "reservas quanto ao conceito do SPD de co-gestão, preferindo a auto gestão dos franceses. Inicialmente, pelo menos, [o PS] sentia-se mais confortável com o conceito do sul da Europa de socialismo democrático que garantia as liberdades, mas acompanhado da transformação da economia via nacionalizações e reforma agrária. A democracia social do norte da Europa, com a sua "gestão reformista do capitalismo" era menos atraente", ob. cit., p. 96.
- 41 Segundo Max Wery, os embaixadores em Lisboa dos países ocidentais receberam "ordem para participar à personalidade mais qualificada em Portugal, a preocupação e a inquietação dos nossos respectivos governos perante a orientação política portuguesa. Mas quem diabo, nessa época confusa, era a personalidade mais qualificada? Os embaixadores interessados reuniram-se na embaixada do Reino Unido para discutir o assunto. (...) Pusemo-nos de acordo sobre (...) o general Costa Gomes, que para uns parecia mais ponderado, mais receptivo, mais apto a compreender o ponto de vista estrangeiro", ob. cit., p. 158. Mário Soares não foi escolhido por ser um civil "com poucas hipóteses de ser ouvido pelos militares". Vasco Gonçalves porque podia não "captar o sentido exacto da diligência, que devia parecer uma ingerência nos assuntos internos de Portugal", *idem*, p. 158.
- 42 W. Brandt, "O Povo Português pode contar connosco", AA.VV., *Liberdade para Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976, p. 30.
- 43 Hall Themido, ob. cit., p. 222.
- 44 Kissinger citado em *idem*, p. 224.
- 45 António Reis, *Portugal, Vinte Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994, p. 30.
- 46 Eisfeld, ob. cit., p. 87.
- 47 O Partido Comunista obteve 30 deputados (12,53%); o Partido Socialista 116

deputados (37,87%); o Partido Popular Democrático 81 deputados (26,38%); e o Centro Democrático Social 16 deputados (7,60%). O MDP/CDE (próximo do PCP) elegeu 5 deputados (4,12%) e a UDP 1 deputado (0,8%).

- 48 Einfeld, ob. cit., p. 87.
- 49 Hall Themido, ob. cit., p. 230. O autor cita o *New York Times* de 5 de Maio onde se lê: "Kissinger continua pessimista acerca de Portugal, apesar do resultado das eleições, e pensa que, com cinco ministros próximos do PCP no governo, se Portugal continuar na NATO, os reflexos sentir-se-ão em Itália, Espanha e mesmo em França.", *Idem*, p. 230.
- 50 Gonçalves Vasco, "Conferência de Imprensa em Bruxelas, 31 de Maio de 1975", *Vasco Gonçalves, Discursos, Conferências de Imprensa, Entrevistas*, Porto, s. e., 1976, p. 341.
- 51 *Idem*, p. 343. Pouco tempo depois, a 28 de Junho, Álvaro Cunhal faz, num comício no Campo Pequeno, uma afirmação quase idêntica: "Para nossa alegria, Portugal é hoje, na Europa ocidental, o país onde existem mais amplas liberdades", Cunhal, Álvaro, "Discurso no Comício do PCP na Praça do Campo Pequeno, 28 de Junho de 1975", *A Crise Político-Militar*, Editorial Avante, Lisboa, 1976, p. 89.
- 52 Vasco Gonçalves, doc. cit., p. 342-3. Existe um intérprete nesta Conferência de Imprensa que chega a dar respostas directamente aos jornalistas em nome do primeiro-ministro.
- 53 Todas as citações são extraídas da acta desta reunião, que aparece parcialmente transcrita no *Revista do jornal Expresso* de 25 de Maio de 1976.
- 54 Álvaro Cunhal, "Discurso no Comício do PCP em Vila Franca de Xira de Homenagem a Carlos Pato e António Tavares, 18 de Maio de 1975", *A Crise Político-Militar*, doc. cit., p. 40.
- 55 Jonathan Story, "Portugal's Revolution of Carnations: Patterns of Change and Continuity", *International Affairs*, vol. 52 (1976), p. 431, citado por Einfeld, ob. cit., p. 87.
- 56 As conclusões do Conselho Europeu de Bruxelas de 16 e 17 de Julho de 1975 aparecem publicadas no *Bulletin des Communautés Européennes*, n.º 10, 1975 (p. 96). A citação aqui feita é transcrita a partir de Nuttal, *European Political Co-Operation*, ob. cit., mas aparece em todas os trabalhos sobre a dimensão internacional da revolução portuguesa.
- 57 Relatado por Sablosky, ob. cit., p. 218-9.
- 58 Sablosky refere que "num jantar na embaixada alemã em Washington, em 1975, Brandt tentou assegurar ao secretário Kissinger que Portugal não era uma causa perdida. Um convidado nesse jantar descreveu a troca de pontos de vista: Kissinger dissertou sobre o seu cenário pessimista. A única forma de conter a maré comunista, afirmou, seria mandar os marines. Brandt respondeu, "Henry, deixe isto para os europeus; nós devemos lidar com a situação e sairemos vencedores". Irritado, Kissinger respondeu que Brandt não percebia as realidades; Portugal estava perdido. Brandt contra argumentou dizendo: "se for a última coisa que a social democracia fizer na Europa será isto: vamos salvar Portugal", Brandt e Kissinger citados em *idem*, pp. 217-8.

- 59 Cunhal, "Discurso no Comício do MDM no Pavilhão dos Desportos em Homenagem a Valentina Terechkova, 3 de Junho de 1975", doc. cit., p. 64.
- 60 Segundo Mário Soares, a União Soviética tinha duas políticas para Portugal: "a do Estado, de não intervenção; e a do Partido, solidário sempre com o PCP. Limitaram-se a "deitar o barro à parede", a ver se pegava", Mário Soares em entrevista a Maria João Avillez, *Soares: Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 478.
- 61 Álvaro Cunhal, "Discurso no Comício do PCP na Praça do Campo Pequeno em Lisboa, 28 de Junho de 1975", doc. cit., p. 86. No mesmo comício, Cunhal faz alusão ao caso do jornal *República*, perguntando porque razão o PS tenta torná-lo uma questão com repercussões internacionais: "convir-lhe-á este abcesso para uso interno e externo? (...) Para reclamar uma recomposição do governo e uma mudança de política?", *idem*, p. 88.
- 62 *Ibidem*, p. 90. No mesmo discurso, Cunhal diz ainda que das crises posteriores ao 25 de Abril de 1974 resultou sempre um avanço do processo revolucionário a caminho do socialismo.
- 63 *Ibidem*, p. 91. Este poder capaz de implementar o processo revolucionário deveria ser "menos contraditório, mais unido, mais identificado na sua totalidade com o programa e mais empenhado na sua realização", *ibidem*, p. 91.
- 64 *Ibidem*, p. 92. Cunhal afirma também que "a aliança que já se verifica na Assembleia Constituinte pretende-se agora que se traduza no governo. Não se trata mais de remodelações. Trata-se duma plataforma da contra-revolução", *ibidem*, p. 94. Segundo Cunhal estes projectos são apoiados pela "reação internacional", *ibidem*, p. 94.
- 65 Álvaro Cunhal, *ibidem*, pp. 105-6.
- 66 Cunhal diz, a 18 de Julho, que "a retirada dos socialistas do governo, que era inicialmente uma acção de chantagem para obrigar a certas soluções políticas quanto à formação do próprio governo, deu depois alento a esta grande ofensiva", "Discurso no Comício da UJC no Pavilhão dos Desportos, 18 de Julho de 1975", *ibidem*, p. 110.
- 67 Como relata Mário Soares, os "apoios internacionais ajudaram a neutralizar a URSS, quando se convenceu que o PCP nunca conseguiria chegar ao poder por via pacífica", Mário Soares em declarações a Maria João Avillez, ob. cit., p. 478.
- 68 Segundo Sablosky, os "esforços [dos europeus] para impedir os soviéticos de empreender acções mais significativas em Portugal, ligando a não intervenção na Península Ibérica ao processo de Helsínquia, foram bem sucedidos", ob. cit., p. 176.
- 69 Costa Gomes, entrevista à revista *História*, n.º14, Novembro de 1995, p. 19. Note-se que em relação a Schmidt, Costa Gomes afirma, textualmente, que este "dizia sempre da mesma forma". Isto é, não foi apenas em Helsínquia que Schmidt pressionou directamente o Presidente português para afastar Vasco Gonçalves do Governo.
- 70 Costa Gomes em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes: o Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp. 317-18.
- 71 Brandt e Soares citados por Sablosky, ob. cit., p. 128.
- 72 Os nove oficiais eram Melo Antunes, Franco Charais, Pezarat Correia, Vítor



- Crespo, Vítor Alves, Costa Neves, Canto e Castro, Vasco Lourenço e Sousa e Castro.
- 73 O embaixador de Portugal em Washington conta ter sentido nesta altura que a sua presença na capital norte-americana estava ameaçada.
- 74 Cunhal, "Intervenção na Reunião Plenária do Comité Central do PCP, 10 de Agosto de 1975", doc. cit., p. 155. A incerteza é tal que "não nos devemos deixar arrastar para uma solução de desespero que leve eventualmente a golpes precipitados de resistência já sem forças para a fazer e que possa levar a um esmagamento militar e a um esmagamento político do nosso partido e das forças da esquerda", *idem*, p. 156.
- 75 Cunhal, *ibidem*, p. 131.
- 76 Cunhal, *ibidem*, p. 131.
- 77 Cunhal, *ibidem*, p. 139.
- 78 Cunhal, *ibidem*, p. 139.
- 79 Cunhal, *ibidem*, p. 139.
- 80 Mário Soares defende que o PCP deixou sempre em aberto a possibilidade de recuar. Ver entrevista a Maria João Avillez, *Soares: Ditadura e Revolução*, ob. cit., p. 478.
- 81 Cunhal, "Intervenção na Reunião Plenária do Comité Central do PCP, 10 de Agosto de 1975", doc. cit., p. 138.
- 82 Em Évora, no próprio dia da divulgação do comunicado, Cunhal afirma: "fazemos votos para que essas medidas sejam rapidamente realizadas, a fim de que o MFA possa continuar a ser a vanguarda revolucionária das Forças Armadas, a fim de que, em estreita aliança com o movimento popular, o MFA possa continuar a garantir o prosseguimento do processo revolucionário", "Discurso no Comício do PCP em Évora, 24 de Agosto de 1975", *idem*, p. 188.
- 83 Cunhal, *ibidem*, p. 190. Assim se venceria a crise resultante da tentativa de dissolução do "MFA na grande massa dos oficiais do quadro", *ibidem*, p. 188. Os dirigentes socialistas são responsabilizados pela crise: "os dirigentes do PS, com o seu anticomunismo, com a sua aliança com as forças reaccionárias contra as forças progressistas, com os seus apelos às pressões do imperialismo contra a própria pátria, abriram as portas à contra-revolução", *ibidem*, p. 190.
- 84 Costa Gomes em declarações à revista *História*, n.º14, ob. cit., pp. 11-12.
- 85 Kissinger citado por Hall Themido, ob. cit., p. 234.
- 86 Eisfeld, citando Willy Brandt, defende que os dirigentes soviéticos, reconhecendo como vantajosos os aspectos políticos, comerciais e tecnológicos da política de desanuviamento com os EUA, "receavam que Portugal pudesse vir a tornar-se um estorvo à Conferência de Segurança e Cooperação Europeia", Willy Brandt, "Begegnungen und Einsichten", Hamburgo, 1976, p. 632, citado em Eisfeld, ob. cit., p. 90. Não desejando pôr em risco a détente, preferiram tomar uma posição que já foi considerada como "operação essencialmente de baixo risco e investimento limitado", Tad Szulc, "Washington & Lisbon: Behind the Portuguese Revolution, Foreign Policy n.º 21, p. 57, citado em Eisfeld, *idem*, p. 90.
- 87 Kissinger citado em Hall Themido, ob. cit., p. 235.
- 88 Segundo Hall Themido, "quando Kissinger aceitou, finalmente, a tese de Carlucci

- e foi sensível aos argumentos dos políticos europeus com quem trocava impressões sobre a situação portuguesa, fê-lo relutantemente e, segundo julgo, convencido que a razão estava do seu lado", Hall Themido, *idem*, p. 234.
- 89 Cunhal, "Discurso no Comício do PCP no Pavilhão dos Desportos, 14 de Agosto de 1975", doc. cit., p. 172.
- 90 Cunhal, *idem*, p. 183.
- 91 Cunhal, "Discurso no Comício do PCP em Évora, 24 de Agosto de 1975", *ibidem*, p. 201.
- 92 Cunhal, *ibidem*, p. 198.
- 93 Cunhal, *ibidem*, p. 204.
- 94 Cunhal, *ibidem*, p. 210.
- 95 Cunhal, "Discurso no Comício do PCP no Palácio de Cristal no Porto, 26 de Setembro de 1975" *ibidem*, p. 242. A situação de minimização das perdas a que a evolução política interna tinha conduzido o PCP é bem sintetizada pelo próprio Álvaro Cunhal: "as profundas divergências e conflitos que surgiram entre forças e sectores, tanto civis como militares, que têm estado com o processo revolucionário, a deterioração da situação interna no MFA que levou a uma prolongada paralisação dos seus órgãos superiores, ao perigo da sua dissolução e a uma série de saneamentos à esquerda; a prolongada crise do IV e V governos provisórios; as alianças estabelecidas entre certos partidos e certos militares com a direita reaccionária - deram à contra-revolução cobertura política e possibilidades de passar à ofensiva, de registar certos êxitos, de fazer recuar a esquerda, de conquistar sérias posições no aparelho militar e de preparar um golpe que chegou a estar eminente", *ibidem*, p. 241.
- 96 Cunhal, *ibidem*, pp. 242-3. "Como é sabido, o PCP manifestou-se desde a primeira hora contra a participação do PPD no VI governo provisório", *ibidem*, p. 243. O significado da presença do PS e do PPD no VI governo tornava-se clara: os dois juntos tinham capacidade política para condicionar o programa do governo. Como diz Cunhal, "o PS pôs como condição da sua participação a participação do PPD, e a aliança dos dois partidos traduziu-se na semelhança, quando não na identidade, das propostas feitas por um e por outro para o programa de acção governamental", *ibidem*, p. 244.
- 97 Cunhal, *Ibidem*, p. 244.
- 98 Cunhal, "Discurso no Comício-Festa de Solidariedade com os Trabalhadores Agrícolas Alentejanos no Estádio 1.º de Maio, 27 de Setembro de 1975", *ibidem*, p. 259.
- 99 Cunhal, "Discurso no Comício do PCP na Praça do Campo Pequeno, 16 de Setembro de 1975", *Ibidem*, p. 203.
- 100 Cunhal, "Intervenção na Sessão de Esclarecimento de Moscavide, 9 de Outubro de 1975", *ibidem*, p. 289.
- 101 *Ibidem*, p. 289.
- 102 *Ibidem*, p. 289.
- 103 Cunhal, "Discurso na Sessão Comemorativa da Revolução de Outubro no Pavilhão dos Desportos, 07 de Novembro de 1975", *ibidem*, p. 345.
- 104 Cunhal, "Intervenção na Sessão de Esclarecimento de Moscavide, 9 de Outubro de 1975", *ibidem*, p. 289.

- 105 No Conselho de 7 de Outubro de 1975, reunido no Luxemburgo, foi concedido a Portugal um empréstimo de cento e cinquenta milhões de Ecus, a título de ajuda excepcional com um juro inicial bonificado. Como explica o embaixador Fernando d'Oliveira Neves, "o carácter verdadeiramente excepcional, naquela época, de concessão de um crédito pelo BEI a um país terceiro, reflecte a prioridade que a CEE atribuía à evolução portuguesa e o empenho em apoiar a democratização do país. E a relevância deste empréstimo na percepção da opinião pública portuguesa sobre a CEE na conjuntura então vigente merece ser assinalada", cf. "O pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias", revista *Política Internacional*, Vol. 1, n.º 14, Primavera-Verão de 1997, p. 61.
- 106 Cunhal, "Intervenção na Sessão de Esclarecimento de Moscavide, 9 de Outubro de 1975", doc. cit., p. 291.
- 107 "Discurso no Comício-Festa de Solidariedade com os Trabalhadores Agrícolas Alentejanos no Estádio 1.º de Maio, 27 de Setembro de 1975", *idem*, p. 260.
- 108 *Ibidem*, p. 260.
- 109 O próprio Mário Soares explica, em 1976, a necessidade de se demarcar, na retórica política, da social-democracia. Nas suas próprias palavras "dizer-se social-democrata hoje em dia em Portugal é arriscar a excomunhão. Os comunistas e os esquerdistas fizeram tudo para dar à expressão um sentido abusivamente pejorativo", Mário Soares, *Portugal: Que Revolução. Diálogo com Dominique Pouchin*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976, p. 87. Respondendo à pergunta sobre onde se encontra a diferença entre socialismo e social-democracia, Soares afirma: "é por vezes subtil, dado que a fronteira é imprecisa. Radica essencialmente no contexto histórico e na exigência de adaptação às realidades nacionais", *idem*, p. 88.
- 110 Cunhal, "Intervenção na Sessão de Esclarecimento de Moscavide, 9 de Outubro de 1975" doc. cit., p. 279. Cunhal explica na mesma altura que "estava também um secretário de Estado comunista, Carlos Carvalhas, que (...) fez tudo quanto pôde para defender os interesses dos trabalhadores", doc. cit., p. 279.
- 111 Hall Themido faz referência às hesitações que encontrou quando advogou "medidas urgentes de ajuda económica como forma de consolidar a estabilidade democrática." Segundo o embaixador português em Washington, os "Estados Unidos desejavam assegurar-se da bondade das teses optimistas sobre o futuro de Portugal antes de prestarem ajuda económica significativa", Hall Themido, *ob. cit.*, p. 238.
- 112 Sablosky chama a atenção para esta evidência: "no tempo em que os Estados Unidos tinham sérias dúvidas sobre a viabilidade da democracia portuguesa e retinham assistência financeira, o apoio dos europeus teve ainda mais importância para os moderados", *ob. cit.*, p. 123.
- 113 Hall Themido, *ob. cit.*, p. 242.
- 114 Mário Soares, *Liberdade para Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976, p. 12. O texto está datado de 25 de Abril de 1976, dia das primeiras eleições legislativas do actual regime constitucional.